

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (Versão para discussão)

São Luis (MA), Maio de 2009

Reitor

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

Vice-Reitor

Prof. Dr. Antônio José Silva Oliveira

Pró-Reitoria de Ensino

Prof. Dr. Aldir Araújo Carvalho Filho

Diretor do Centro de Ciências Sociais

Prof. Dr. César Augusto Castro

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas

Prof. Dr. João Claudino Tavares

Secretária da Coordenação do Curso de Ciências Econômicas

Maria Izabel Silva Sardinha

“A organização de sua produção, a educação das gerações mais jovens ou o culto a seus mortos, tanto quanto a expressão de seu espanto diante do mundo, de seus medos, de seus sonhos, que são uma certa ‘escritura’ artística de suas realidades que sempre ‘lê’, muito antes de ter inventado a escritura ou a tentativa sempre presente de decifrar os mistérios do mundo por meio da adivinhação, a magia, depois, pela ciência, tudo isso teria que acompanhar a mulheres e homens como criação sua e como estímulo para aprender mais, para ensinar mais, para conhecer mais”.

(Paulo Freire)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Disciplinas obrigatórias do Curso de Ciências Econômicas da UFMA ^[1]

Tabela 2 Disciplinas eletivas do Curso de Ciências Econômicas da UFMA ^[2]

Tabela 3 Monografias defendidas no Curso de Ciências Econômicas da UFMA (1987 – 2007) ^[3]

Tabela 4 Docentes efetivos lotados no Departamento de Economia da UFMA (Matrícula da UFMA, Data de Admissão, Tempo de Trabalho na UFMA, Regime de Trabalho, Titulação, Ano de Obtenção da Titulação) ^[4]

Tabela 5 Docentes efetivos lotados no Departamento de Economia da UFMA (Cargo, Regime de Trabalho, Titulação com local de obtenção e ano de conclusão) ^[4]

Tabela 6 Demonstrativo da evolução do processo de capacitação de docentes lotados no Departamento de Economia da UFMA (1990 – 2007) ^[5]

Tabela 7 Docentes efetivos lotados no Departamento de Economia da UFMA (Cargo, Regime de Trabalho, Titulação – com título do trabalho, Instituição onde foi realizada a capacitação e ano de conclusão) ^[4]

Tabela 8 Acervo de Ciências Econômicas e de áreas afins disponíveis na Biblioteca Central da UFMA ^[6]

SUMÁRIO

Introdução

1. Fundamentos teórico-metodológicos
 - 1.1. A base material de produção da riqueza e o pensamento econômico
 - 1.2. A formação de Economistas no Brasil e a Reforma Curricular de 1984
 - 1.3. O Curso de Ciências Econômicas da UFMA
2. Objetivos
 - 2.1. Objetivo geral
 - 2.2. Objetivos específicos
3. Titulação
 - 3.1. Atuação profissional
4. Funcionamento do Curso
 - 4.1. O Ingresso

- 4.2. A integralização

5. Estrutura Curricular
 - 5.1. Disciplinas obrigatórias
 - 5.2. Ementas das disciplinas obrigatórias
 - 5.3. Disciplinas eletivas
 - 5.4. Ementas das disciplinas eletivas

6. Estágio Curricular Supervisionado

7. Atividades complementares
 - 7.1. Programa de Iniciação Científica
 - 7.2. Grupos e Núcleos de Pesquisas
 - 7.3. A criação do PET-Economia
 - 7.4. Programa de Monitorias
 - 7.5. Atividades de Extensão
 - 7.6. A Empresa Júnior de Economia (EJECON)

8. Metodologia de ensino e de avaliação discente
 - 8.1. O sistema de avaliações
 - 8.2. O desempenho discente em relação às monografias

9. Avaliação do Curso e Projeto Pedagógico

10. Corpo docente
 - 10.1. Plano de carreira docente
 - 10.2. Plano de capacitação docente

11. Corpo técnico-administrativo

12. Infra-estrutura

- 12.1. Espaço físico
- 12.2. Recursos materiais disponíveis
- 12.3. Acervo bibliográfico disponível para o Curso de Ciências Econômicas na Biblioteca Central da UFMA
- 12.4. Outros espaços
- 13. Considerações finais

Referências

ANEXOS

- I. Fluxograma do Curso de Ciências Econômicas da UFMA
- II. Programas das disciplinas do Currículo de Ciências Econômicas da UFMA
- III. Plano de avaliação e dinamismo da atividade acadêmica na área de Economia (versão preliminar)

Introdução

A preocupação central deste projeto é com a sistematização da vida acadêmica do Curso de Ciências Econômicas da UFMA. Procuramos refletir sobre o estágio no qual nos encontramos, identificar problemas e indicar os meios para melhorar nosso que fazer político-pedagógico. O projeto é entendido como um instrumento que expõe as mediações teóricas, históricas e políticas visando uma melhor articulação possível entre ensino, pesquisa e extensão.

Para além do cumprimento de formalidades, o presente projeto político-pedagógico tem por objetivo, expor os nexos que constituem a formação de economistas na UFMA, envolvendo as relações internas e externas ao processo, assim como, o delineamento das metas de curto, médio e de longo prazo. Não obstante, demonstra-se a preocupação com a atualização permanente, calcada numa constante crítica e autocrítica das ações e das relações constitutivas da universalidade e das singularidades do nosso que fazer, do nosso ser e do querer ser.

Um ponto importante a ser ressaltado é que a preocupação com a orientação pedagógica, com sua autocrítica e com a constante atualização sobre conteúdos e procedimentos didáticos, na formação de Economistas no Brasil, decorreu da Reforma Curricular de 1984. Na ocasião foi criada a ANGE para organizar e dar conseqüência às exigências teóricas, históricas, instrumentais e metodológicas da nova formação de Economistas, então, em gestação no Brasil, isto é, para encaminhar a transição e consolidar o novo jeito de formar Economistas. A ANGE elaborou uma série de documentos e textos didáticos, assim como, promoveu várias reciclagens para que os professores se adaptassem à maneira de ensinar exigida pelo chamado Novo Currículo^{1 [7]}.

O procedimento recomendado pela ANGE foi encampado pelo Curso de Ciências Econômicas da UFMA. Em 1991, vale lembrar, uma equipe de professores elaborou um documento propondo um sistema de avaliação denominado "Plano de avaliação e dinamismo da atividade acadêmica na área de Economia" (Anexo 3). No final da década de 1990 deu-se seqüência ao processo de avaliação do Curso por meio do NAC (Núcleo de Avaliação Curricular). Dos encaminhamentos resultou um Projeto Político-Pedagógico preliminar e, portanto, provisório. Não obstante, recentemente, num novo esforço de professores do DECON, foi esboçada uma nova proposta para o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas.

A presente proposta visa contemplar, na medida do possível, as demandas dos debates que historicamente temos desenvolvido e

analisar todas as possibilidades que possam melhorar o nosso Curso de Ciências Econômicas.

1. Fundamentos teórico-metodológicos

1.1. A base material de produção da riqueza e o pensamento econômico

O conhecimento científico requer cuidadosa atenção para as metamorfoses da base material da produção da existência humana e suas configurações no tempo e no espaço. Como observa Serres (1995, p. 12):

Longe de desenhar uma sequência alinhada de aquisições contínuas e crescentes ou uma mesma sequência de súbitos cortes, descobertas, invenções ou revoluções precipitando no esquecimento um passado subitamente ultrapassado, a história das ciências corre e flutua sobre uma rede múltipla e complexa de caminhos que se cavalgam e se entrecruzam em nós, cumes ou encruzilhadas, comutadores onde se bifurcam duas ou mais vias. Uma multiplicidade de tempos diferentes, com disciplinas diversas, de idéias de ciência, de grupos, de instituições, de capitais, de homens em acordo ou em conflito, de máquinas e objectos, de previsões e acasos imprevisíveis compõem conjuntamente um tecido flutuante que representa de forma fiel a história múltipla das ciências.

Para Lange (1986, p. 259):

A existência de concepções e de orientações diferentes nas ciências é coisa normal. Isso é devido ao caráter dialético do processo de conhecimento, no curso do qual o pensamento humano se forma, na prática da ação recíproca entre o homem e a realidade que o cerca. O conhecimento científico progride pelo confronto dos resultados das novas observações e experiências com as concepções e teorias científicas existentes. Estas últimas influem sobre o sentido das pesquisas, definem a orientação das novas observações e experiências; mas, por sua vez, os resultados dessas pesquisas levam necessariamente a uma modificação das concepções e teorias científicas, a sua adaptação aos fatos recentemente estabelecidos. As concepções e teorias novas indicam, por sua vez, quais são as novas observações e experiências a fazer, o que de novo leva a uma adaptação necessária das concepções e teorias científicas, etc.

Os passos iniciais do moderno pensamento econômico apareceram nas formulações dos mercantilistas dos séculos XV ao XVIII quando a acumulação de capital estava “estritamente ligado ao desenvolvimento do comércio capitalista e da navegação marítima” (LANGE, 1986, p. 260). Posteriormente, no século XVIII, na França, apareceram as formulações dos fisiocratas, particularmente o *Tableau Économique* de François Quesnay, deslocando o estudo da economia das relações de circulação para o processo de produção material da riqueza social, ainda que limitado à compreensão da origem do excedente econômico devido a uma ordem natural, isto é, ao desenvolvimento do processo de produção da riqueza excedente a partir da agricultura.

Ainda no século XVIII (1776) foi publicada a obra “A riqueza das nações: investigações sobre sua natureza e suas causas”, de Adam Smith, firmando novas bases para o estudo do processo de produção, circulação e apropriação da riqueza material. Estavam assim construídos os alicerces das Ciências Econômicas, materializados nas formulações da “Economia Política Clássica” (Adam Smith, David Ricardo, Robert Malthus e outros).

O século XIX foi o tempo e o espaço em que o capitalismo atingiu a sua maturidade. Como desdobramento tornou-se o palco da explicitação das Ciências Econômicas como Ciência Social e cujas interpretações se relacionam com as maneiras de ver as contradições das relações de produção, de circulação e de apropriação da riqueza em processos e por meios historicamente determinados.

Não obstante, a pluralidade das interpretações da realidade econômica é produto das próprias contradições constitutivas das relações sociais de produção da riqueza na sociedade capitalista, da produção da sociedade capitalista e de produção de elementos da superação das mediações burguesas. Neste processo foram gestadas formulações que cindiram o pensamento econômico em campos distintos. Por um lado, surgiu a chamada Economia Neoclássica, fundada por Jevons, Menger, Walras e aprofundada, por exemplo, por Marshall e outros. Por outro lado, tem-se a “Crítica de Economia Política” apresentada por Marx e Engels, que foi adotada e desenvolvida por seus estudiosos.

Outros grandes pensadores do século XIX e do século XX apresentaram importantes contribuições para as Ciências Econômicas a exemplo de Schumpeter, Keynes, Kalecki, Steindl, Lênin e tantos outros.

Assim, o estudo das Ciências Econômicas tornaria impositiva a recorrência aos formuladores, ou seja, as apreensões a partir da leitura dos pensadores, sempre que possível, consultando as obras nos originais. A publicação das respectivas obras, em língua portuguesa materializou-se, na década de 1980, com o lançamento da coleção “Os Economistas”, pela editora Abril Cultural, é considerado um feito importantíssimo para o novo processo de formação de economistas no Brasil. Este processo e as metamorfoses da realidade econômica e social impuseram a necessidade da formação de Economistas voltada para a realidade da produção da existência material, sem perder de vista a necessidade de uma sólida formação teórica e histórica e instrumental.

Em consonância com o que “Institui das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Ciências Econômicas, bacharelado, e dá outras providências” (Resolução CNE/CES nº 4 de 13 de julho de 2007), o processo de formação de Economistas no Curso de Ciências Econômicas da UFMA se pauta nas seguintes exigências, conforme constam no Art. 2º § 3º da supracitada Resolução:

I – comprometimento com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental;

II – pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural das ciências econômicas formadas por correntes de pensamento e paradigmas diversos;

III – ênfase nas inter-relações dos fenômenos econômicos com o todo social em que se insere, e;

IV – ênfase na formação de atitudes, do senso ético para o exercício profissional e para a responsabilidade social, indispensável ao exercício futuro da profissão”.

1.2. A formação de Economista no Brasil e a nova concepção de Economista a partir da Reforma Curricular de 1984

Até a primeira metade da década de 1980, a formação de Economistas, no Brasil, não apresentava definições e delimitações sobre o que era ser economista, suas singularidades, em relação a outras formações como a dos profissionais de Administração e de Ciências Contábeis.

Para uma ilustração do que estamos indicando, observem-se as estruturas curriculares anteriores. Assim, vemos que, por exemplo, o “Currículo Mínimo do Curso de Ciências Econômicas”, contido na Resolução de 08/02/1996/CFE, Parecer nº 397/62 determinava a formação em “Economia, Contador e Atuário” dividida em dois ciclos: I) O Ciclo Básico e II) O Ciclo de Formação Profissional.

O Ciclo Básico era composto pelas seguintes matérias: 1. Introdução à Economia; 2. Matemática; 3. Contabilidade; 4. Estatística; 5. História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil; 6. Geografia Econômica; 7. Instituições de Direito; 8. Introdução à Administração e 9. Sociologia.

O Ciclo de Formação Profissional era composto pelas seguintes matérias: 1. Análise Macroeconômica; 2. Contabilidade Nacional; 3. Economia Internacional; 4. Moeda e Bancos; 5. História do Pensamento Econômico; Análise Microeconômica; 7. Finanças Públicas e 8. Política e Programação Econômica.

Segundo Armando Mendes (MENDES, 1993), as próprias organizações curriculares obedeciam às necessidades da organização da produção da riqueza social no Brasil. Entretanto, segundo o mesmo autor, as modificações também decorreram das metamorfoses da organização da produção. Assim diz:

O Economista para os dias de hoje não pode ser apenas um refinado matemático formulador e operador de modelos econométricos, mas deve ser, sobretudo, um competente cientista social – que, por vezes, é certo, precisa lançar mão de instrumentos matemáticos sofisticados, conquanto que deles não se torne servo inconsciente. Deve, pois, crescentemente, ao menos para certos fins, saber aproximar-se do ferramental que a computação põe ao seu alcance, sem transferir-lhe a responsabilidade para a avaliação qualitativa de fatores e situações não quantificáveis, ou precariamente quantificáveis, imponderáveis, imprevisíveis, intangíveis porque situados em um plano que não é estritamente econômico. O desafio é, por conseguinte, sensivelmente, mais complexo que há duas décadas, e a resposta há de ser suficientemente segura e esclarecida para não cair em nenhuma das tentações: as extremas, de uma ‘ciência’ meramente discursiva, desarticulada, inconsciente ou de uma outra ‘ciência’ que já não diz respeito ao homem real, porque reduzidas as abstrações numéricas dispostas em elegantes fórmulas matemáticas e em modelos computadorizados. Não pode ser, também, um terceiro tipo de ‘ciência’ não caracterizada que procura encontrar um forçado equilíbrio ou ecletismo artificial (MENDES, In: ANGE, 1993, p. 6).

Foi, portanto, neste contexto que se justificou e se fundamentou a reforma curricular de 1984 (MENDES, in: ANGE, 1993).

Agora, decorridos mais de vinte anos da reformulação do Currículo Pleno do Curso de Ciências Econômicas, ou seja, da implementação do Currículo Mínimo estabelecido a partir da Resolução 11/84 do CFE, consideramos que deveremos fazer algumas correções por alguns motivos: em primeiro lugar, temos novas formulações, descobertas de publicações ou traduções de obras clássicas, para a língua portuguesa que até então não estavam sendo consideradas devido ao processo específico de organização das bibliografias e dos conteúdos das disciplinas e, em segundo lugar, devido às aceleradas alterações estruturais na sociedade em que vivemos.

Além da necessidade de atualizações permanentes, sem prejuízo dos fundamentos da nossa formação de economistas como cientistas sociais, preocupados com a realidade brasileira e com a intervenção na realidade que nos cerca, a autocrítica deve ser uma preocupação constante no processo de formação científica e técnica de graduandos e de profissionais das Ciências Econômicas.

Em suma, temos as transformações estruturais e conjunturais decorrentes do aperfeiçoamento das forças produtivas do trabalho social para a produção da existência humana. Diante disso, a formação de jovens economistas não poderia deixar de considerar tais aspectos. Como recomenda Celso Furtado, por exemplo,

Não se pode condenar a racionalidade das empresas: pedir que se comportem de outra forma é querer que sejam pouco eficientes. Mas pode-se, e deve-se, definir certos parâmetros para a racionalidade macro, definir se o critério que prevalece é o social ou o parâmetro macroeconômico (FURTADO, 1999, p. 92).

Ao mesmo tempo, o autor observa que “A sociedade também deve se mobilizar para defender seus interesses. Importa saber se prevalece algum projeto social. Perceber que o mais importante é o social foi a descoberta mais relevante da minha vida” (Id. *ibid.*, p. 93). Devemos ter estas considerações em conta no processo de formação de Economistas, mas, ao mesmo tempo, preservar e reforçar as linhas gerais definidas há mais de vinte anos, que não se esgotaram por se referirem a questões estruturais relacionadas ao processo de formações de Economistas.

Neste sentido, consideramos que:

[...] levam-se em conta as mudanças e transformações sofridas pelo ensino de Economia no Brasil, desde os primórdios no século XIX, e muito especialmente de 70 anos para cá, de que nos dão conhecimento algumas publicações recentes. Mas o cuidado central, neste particular, reside em que as novas diretrizes não venham a constituir-se um rompimento e sim um coroamento da evolução histórica do ensino de Economia no Brasil” (COFECON e-mail: cofecon@cofecon.org.br).

Consideramos que o processo de formação de economistas tem avançado e procurado reafirmar a necessária sólida formação teórica, histórica, instrumental e técnica para que os profissionais das Ciências Econômicas possam interferir na realidade que os cercam e agir criticamente.

Como destacam Buffon e Carcanholo:

Em suma, não queremos um curso exclusivamente teórico, nem tampouco o ensino de mediocridade. Cumpridos os primeiros passos da reforma curricular, precisamos agora de um salto adiante, com a implementação de disciplinas instrumentais ou operacionais, coerentes com o espírito da reforma e que se apropriem dos movimentos concretos da economia, fornecendo adequados instrumentos de intervenção (BUFFON e CARCANHOLO, In: ANGE, 1995, p. 19).

Em face às contradições do processo de globalização financeira, das reformas econômicas, políticas, sociais e culturais, é importante incorporar novos enfoques assim como recuperar alguns que pareciam ter sido esquecidos ou simplesmente foram ignorados. Isto se impõe diante de um processo de globalização que, como destacou Milton Santos, pode ser visto como "fábula, como perversidade ou como possibilidade" (SANTOS, 2000, p. 17-21), ou seja, como contraditório, complexo e que, portanto, apresenta-se em várias dimensões.

Diante desta realidade tem-se o reforço da exigência segundo a qual um:

Mercado de trabalho para o verdadeiro economista, hoje mais do que nunca, exige um profissional com elevado grau de criatividade e ousadia para enfrentar problemas novos capaz de aceitar desafios que a vida diária e prática constantemente nos estão lançando. A teoria que ele deve aprender na Universidade não é um conjunto de definições para serem decoradas e repetidas para o entrevistador na hora da seleção para um emprego qualquer. Ela, se realmente compreendida, serve como instrumento necessário para interpretar adequadamente a realidade como 'ferramenta' indispensável de trabalho para o profissional de Economia, seja qual for a ocupação escolhida, exceto os burocratas ou subalternos (BUFFON e CARCANHOLO In: ANGE, 1995, p.19).

A preocupação com a formação de economistas que tenham senso crítico, ou seja, a preocupação com a formação de economistas para o mercado de trabalho viria a termo com a Resolução No 11/84 do Conselho Federal de Educação onde se estabelece um Currículo Mínimo incluindo dois núcleos básicos, a saber: I MATÉRIAS DE FORMAÇÃO GERAL e II. MATÉRIAS DE FORMAÇÃO PROFSSIONAL. Não obstante, nos incisos do Art. 7º consta que:

a) O curso de Ciências Econômicas deverá estar comprometido com o estudo da realidade brasileira, sem prejuízo de uma sólida formação teórica, histórica e instrumental; b) O curso deverá caracterizar-se pelo pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural da ciência econômica, formada por correntes de pensamento e paradigma diversos; c) No ensino das várias disciplinas do curso deverá ser enfatizada a importância fundamental das inter-relações ligando os fenômenos econômicos ao todo social em que se inserem; e d) Dever-se-á transmitir ao estudante, ao longo do curso, o senso ético de responsabilidade social que deverá nortear o exercício futuro da profissão (Resolução nº 11/84 do Conselho Federal de Educação, In: ANGE, 1993, p. 30).

Assim sendo, se bem assimilados, os princípios acima recomendados é provável que o profissional formado em economia pelo menos não se assuste com as complexidades do mercado de trabalho.

A elaboração da Monografia, como foi concebida no espírito do novo currículo do Curso de Ciências Econômicas, é um dos momentos para que se tente sistematizar uma reflexão e a possibilidade de se posicionar diante da realidade a partir de determinado tema complexo ou não, portanto, servindo para ratificar a formação baseada nos princípios básicos do denominado Novo Currículo de Economia.

Segundo Reinaldo Carcanholo, por exemplo,

O Estudo de autores como Smith, Ricardo, e especialmente Marx, Marshall, Keynes, Schumpeter e outros, através de originais, não só transmite aos alunos formas alternativas de pensar o mundo em que viveu como os ensina a pensar criticamente (grifos, JC), isto é, de forma crítica e contrapondo diferentes interpretações sobre a realidade. E isto é importante, não porque consideremos que as escolas de Economia devem formar cientistas, mas porque estamos convencidos de que enfrentar as dificuldades do mercado de trabalho exige, hoje mais do que nunca, um profissional versátil, com ampla formação cultural e humanista. Só ocupações medíocres e burocráticas se fazem com profissionais que não fazem mais do que repetir, sem criatividade, as receitas encontradas em manuais, ou que só conhecem técnicas elementares como uso de certos programas de computadores, estudo de taxa de juros, datilografia, etc. Essas técnicas são indispensáveis, mas estamos convencidos de que podem ser aprendidas rapidamente e até, em último caso, de maneira autodidata por profissionais formados na universidade. O ensino universitário é muito caro para satisfazer-se em transmitir esses ensinamentos elementares. É obviamente muito mais fácil chegar a eles quem tem sólida formação teórica, histórica e matemática, que a esta aqueles que só conhecem algumas técnicas elementares^{2 [8]},

Tendo aprofundado a formação considerando o senso crítico, o profissional saberá minimamente sobre a sua condição social e de classe no contexto da sociedade burguesa e as contradições inerentes a este modo de produção.

Do ponto de vista do processo de ensino-aprendizagem, do processo de democratização, dos novos métodos e técnicas de comunicações com novos instrumentos e novos processos de relacionamento entre educador e educando, também consideramos necessárias atualizações nas relações pedagógicas.

Um aspecto bastante singular e, ao mesmo tempo, que explicita a nossa interdisciplinaridade está na própria composição curricular da formação de Economistas, no Brasil, depois a Reforma Curricular de 1984. Sobre isto, é importante ver que na nossa formação temos disciplinas teóricas, históricas e instrumentais compondo as matérias de formação geral e profissional distribuídas nos núcleos comum, de escola, de formação teórico-quantitativa, histórica, de trabalho e de escolha (ver item 5: Estrutura Curricular).

1.3. O Curso de Ciências Econômicas da UFMA

O Curso de Ciências Econômicas é oriundo da Faculdade de Ciências Econômicas, faculdade isolada, posteriormente incorporada à Fundação Universidade do Maranhão (FUM) que deu origem à Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

O primeiro vestibular ocorreu no ano de 1965 e a primeira aula foi ministrada em 02/04/1965 e o regime era o seriado. O ingresso anual de alunos por vestibular era de 40 alunos e a partir de 1968 passou a ser de 80 alunos. A biblioteca contava inicialmente com cerca de 2.000 volumes, alguns periódicos. O currículo obedecia o Parecer 397/62 – CFE.

A Faculdade de Ciências Econômicas se localizou inicialmente à Rua Afonso Pena, em prédio, com nove salas, cedido em regime de comodato pela Escola Técnica do Comércio do Maranhão. A Faculdade de Ciências Econômicas do Maranhão foi autorizada a funcionar pelo Decreto 55.895/1968. A FUM, por sua vez, foi criada pela Lei 5.512 de 21/10/1966 e teve os seus Estatutos aprovados pelo Decreto 59.941 de 06/11/1967.

A primeira turma colou grau em 1968, ano em que ocorreu o reconhecimento do Curso através do Decreto nº 63.703 de 29/11/1968, publicado no Diário da União de 03/12/1968.

Depois de incorporada à FUM, a Faculdade de Ciências Econômicas passou a funcionar à Rua Viana Vaz, em frente ao prédio da CAEMA. Com a reforma do ensino superior, a Faculdade de Ciências Econômicas foi transformada em Departamento de Ciências Econômicas e Ciências Contábeis e em Coordenadoria do Curso de Ciências, passando ao regime semestral de créditos, sendo transferido para o Campus Universitário do Bacanga, para o prédio atrás do IML (Instituto Médico Legal) e posteriormente para o prédio do CCsO, conhecido como Pimentão, onde está instalado até hoje.

Em 1984 o Departamento foi desmembrado em dois: Departamento de Economia e Departamento de Ciências Contábeis e Administração, através da Resolução nº 13/84 – CONSUN/UFMA.

Em 1981, o Curso passou a funcionar em turnos, matutino e noturno e, posteriormente, vespertino e noturno.

As transformações pelas quais passou o processo de formação de Economistas, no Brasil, a partir da Resolução nº 11/84 - CFE foram adotadas no Curso de Ciências Econômicas da UFMA. Vale dizer, portanto, que o processo de formação de Economistas, na UFMA, segue os parâmetros nacionais.

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral:

Formar profissionais capazes de compreender e intervir criticamente na realidade que o cerca, considerando a pluralidade constitutiva das Ciências Econômicas, o caráter historicamente determinado dos acontecimentos e a responsabilidade social do Economista.

2.2. Objetivos específicos:

- proporcionar aprofundamento de estudos em Ciências Econômicas: Economia Política, Economia do Setor Público e Economia de Empresas;
- criar condições para que o economista compreenda a estrutura sócio-econômica e suas alterações nos setores primário, secundário e terciário, face à implantação de projetos que promovam o desenvolvimento de uma região ou país.
- formar profissionais com nível técnico-científico-operacional capazes de atender às necessidades e especificidades do mercado, sua movimentação e transformação;

3. Titulação

A conclusão do Curso de Ciências Econômicas confere o grau de Bacharel em Ciências Econômicas. A profissão é regulamentada pela Lei 1.411/51, de 13/08/51, (modificada pela Lei nº 6.021/74, de 03/01/74), Decreto nº 31.794/52.

A atuação profissional segue as normas definidas no “Código de Ética do Economista” conforme Resolução nº 1.628 de 02/08/1996 do Conselho Federal de Economia (COFECON).

3.1. Atuação profissional

Por sua formação multidisciplinar, o campo de atuação de Economistas é bastante amplo. Dentre outros, podemos citar: 1) planejamento do desenvolvimento econômico e formulação e execução da política econômica em instituições governamentais; 2) planejamento da produção em empresas públicas e privadas; 3) estudos e pesquisas sócio-econômicas em instituições públicas e privadas; 4) atividades de análise no mercado de capitais e financeiros; 5) elaboração e análise de projetos; 6) assessoria econômica a sindicatos de trabalhadores e a órgãos patronais; 7) consultoria econômico-financeira; 8) atividades de docência e de pesquisas.

No Curso de Ciências Econômicas os alunos recebem a formação básica e específica em Economia, o que lhes permite atuar tanto em nível macroeconômico (questões relacionadas com as atividades econômicas em geral de determinada região, país ou mundo) como em nível microeconômico (questões relativas às organizações, sua viabilidade econômica, criação, localização, dimensão e desenvolvimento). É ainda preocupação do Economista, contribuir para o desenvolvimento econômico-social, tendo em conta questões como justiça social e distribuição de renda.

3.2 Perfil do egresso

A preocupação com a formação de profissionais capazes de compreender e intervir criticamente na realidade que o cerca, considerando a pluralidade constitutiva das Ciências Econômicas, o caráter historicamente determinado dos acontecimentos e a responsabilidade social do Economista, tem apresentado importantes resultados.

Os egressos do Curso de Ciências Econômicas da UFMA têm atuado e contribuído nos mais diversos campos específicos de atuação. Dentre eles merecem destaques:

- a) Continuidade de suas capacitações em níveis de mestrado, doutorado e pós-doutorado. Temos um significativo número de pós-graduados em vários campos específicos de formação a exemplo de Políticas Públicas (UFMA), Economia (UNESP-Car), Educação (UFMA), Geografia (UFSC), Serviço Social (UFRJ) e no exterior (França);
- b) Vários egressos são docentes do Departamento de Economia da UFMA, em instituições privadas de Ensino Superior, no CEFET/MA, etc,
- c) Atuações, em nível de assessorias, junto às ONG's e movimentos sociais;
- d) Atuações em Institutos de Pesquisas e outros a exemplo do IBGE, IMESC, etc;
- e) Atuações em Órgãos do Estado que requerem os conhecimentos e a formação de Economistas;
- f) Atuações em vários outros órgãos públicos, alcançados por meio de aprovação em Concursos Públicos;
- g) Atuações em vários Bancos sejam eles públicos ou privados, dentre outros;

Isto corrobora e reforça o processo de formação adotado na Resolução nº 11/84 do CFE e reforçado pelas Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Econômicas (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007, publicada no DOU de 16/07/2007). Os sucessos nas atuações decorrem, vale ressaltar, da sólida formação teórica, histórica e instrumental adequado às necessidades do mercado de trabalho atual, como enfatizado e detalhado no Art. 3º da presente Resolução. Enfatize-se, não obstante, o senso ético profissional e a responsabilidade social que devem ser outra imprescindível característica do Bacharel em Ciências Econômicas.

A criação do nosso Programa de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico recentemente aprovado na UFMA por meio da Resolução 670/2009-CONSEPE, de 12 de fevereiro de 2009 amplia as possibilidades dos nossos egressos no sentido de uma maior dedicação ao aprofundamento de seus estudos ainda na Graduação. Ampliam-se, assim, as possibilidades e perspectivas para os egressos do Curso de Ciências Econômicas da UFMA.

3. Funcionamento do Curso

O Curso de Ciências Econômicas da UFMA é parte integrante do Centro de Ciências Sociais (CCsO) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e funciona nos turnos vespertino e noturno.

3.2. O ingresso

A principal forma de ingresso no Curso de Ciências Econômicas da UFMA é pela aprovação no vestibular que acontece anualmente. Atualmente o Curso oferece 70 vagas anuais sendo 35 vagas para o turno vespertino e 35 vagas para o turno noturno.

Existem ainda as possibilidades de ingresso no Curso de Ciências Econômicas através de transferência interna na UFMA ou

transferência externa e outras maneiras. O ingresso de alunos no Curso de Ciências Econômicas tem por referência a Resolução nº 90/99 – CONSEPE, de 09/02/1999, em seus Arts. nº 4 a 22 (UFMA, 1999a, p. 9-15).

A principal forma de ingresso no Curso de Ciências Econômicas da UFMA acontece semestralmente, mediante aprovação no vestibular que é realizado anualmente. De acordo com o Anexo Único da Resolução Nº 634-CONSEPE, de 1º de setembro de 2008, que fixou o Quadro de Vagas em oferta pelos Cursos de Graduação para ingresso mediante o Processo Seletivo Vestibular 2009, Curso ofereceu 112 vagas anuais sendo 52 vagas (26 para o primeiro semestre e 26 para o segundo semestre) para o turno vespertino (Código 31035) e 60 vagas (30 para o primeiro semestre e 30 para o segundo semestre) para o turno noturno (Código 31038).

Existem outras possibilidades de ingresso no Curso de Ciências Econômicas por meio de transferência interna na UFMA, mudança de habilitação ou de modalidade, mudança de turno, mudança de campus, mudança de curso, transferência externa, transferência externa obrigatória, transferência externa facultativa, matrícula de graduado e estudante-convênio.

O ingresso de discentes no Curso de Ciências Econômicas tem por referência a Resolução nº 90/99 – CONSEPE, de 09/02/1999, em seus Arts. nº 4 a 22.

O Currículo Pleno do Curso de Ciências Econômicas da UFMA está organizado tendo por referência o tempo mínimo de sua integralização que são de dez semestres para o período noturno, sendo possível a sua conclusão em até nove semestres para o caso de alunos do turno vespertino. O tempo máximo de integralização do Curso de Ciências Econômicas da UFMA é de quatorze semestres.

O Currículo Mínimo do Curso de Ciências Econômicas da UFMA é regido pela Resolução nº 11/84 – CFE (Conselho Federal de Educação) de 26/06/1984 e pelo Parecer nº 375/84 – CFE e seu Currículo Pleno é regido pela Resolução nº 14/94 – CONSUN (Conselho Universitário) de 27/12/1994.

A normatização, em nível nacional, está de conformidade com as Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Econômicas (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007, publicada no DOU de 16/07/2007).

3.3. A integralização

A integralização do curso compreende o cumprimento do Currículo Mínimo composto por 2.700 horas-aulas e do Currículo Pleno composto por 3.000 horas-aulas correspondentes a 179 créditos. Além das disciplinas do Núcleo Obrigatório, o aluno deve cursar quatro disciplinas eletivas. De acordo com normas de UFMA, o tempo máximo para integralização do curso é de quatorze semestres.

Após a integralização de 1.800 horas-aulas do Currículo Pleno o aluno está habilitado a se inscrever na disciplina Estágio Curricular Supervisionado obrigatório e após o cumprimento de 1.920 horas-aulas do Currículo Pleno poderá se inscrever na disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia.

Outros aspectos do funcionamento do Curso são tratados nos itens que se seguem.

4. Estrutura Curricular

O Currículo Pleno do Curso de Ciências Econômicas da UFMA está organizado tendo por referência o tempo mínimo de sua integralização que são de dez semestres para o período noturno, sendo possível a sua conclusão em até nove semestres para o caso de alunos do turno vespertino.

O Currículo Mínimo do Curso de Ciências Econômicas da UFMA é regido pela Resolução nº 11/84 – CFE (Conselho Federal de Educação) de 26/06/1984 e pelo Parecer nº 375/84 – CFE e seu Currículo Pleno é regido pela Resolução nº 14/94 – CONSUN (Conselho Universitário) de 27/12/1994.

Conforme o Art. 2º da Resolução nº 11/84-CFE, “O currículo mínimo de Ciências Econômicas compreende as seguintes matérias (e atividade curricular)”:

I – MATÉRIAS DE FORMAÇÃO GERAL

IA – Núcleo Comum (seis matérias)

1. Introdução às Ciências Sociais (Evolução das Idéias Sociais)
2. Introdução à Economia
3. Matemática
4. Introdução à Estatística Econômica
5. Instituições de Direito
6. Contabilidade e Análise de Balanços

IB – Matérias de Escolha

1. Sociologia
2. Ciência Política
3. Antropologia
4. Economia e Ética

II – MATÉRIAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

II-A – Núcleo Comum – Formação Teórico-Quantitativa (oito matérias)

1. Estatística Econômica e Introdução à Econometria
2. Contabilidade Social
3. Teoria Macroeconômica
4. Teoria Microeconômica
5. Economia Internacional
6. Economia do Setor Público
7. Economia Monetária
8. Desenvolvimento Sócio-Econômico

II-B – Núcleo Comum – Formação Histórica (quatro matérias)

1. História do Pensamento Econômico
2. História Econômica Geral
3. Formação Econômica do Brasil
4. Economia Brasileira Contemporânea

II-C – Núcleo Comum – Trabalho de Curso (duas disciplinas)

1. Técnicas de Pesquisa em Economia
2. Monografia (atividade curricular)

II-D – Matérias de Escolha

1. Política e Planejamento Econômico
2. Elaboração e Análise de Projetos
3. Processamento de Dados
4. Econometria
5. Economia Agrícola
6. Economia Industrial
7. Economia Regional e Urbana
8. Economia do Trabalho
9. Demografia Econômica
10. Economia dos Recursos Naturais
11. Economia dos Transportes
12. Economia da Energia
13. Economia da Tecnologia
14. Administração
15. Metodologia da Análise Econômica

(RESOLUÇÃO nº 11/84, In: ANGE, 1993, p. 26-28; PARECER CNE/CES Nº 380/2005, de 06 de outubro de 2005, In: ANGE, 2005, p. 26-27).

5.1. Disciplinas obrigatórias

No Curso de Ciências Econômicas da UFMA o processo de formação está distribuído conforme quadro abaixo:

Tabela 1 - Disciplinas Obrigatórias do Curso de Ciências Econômicas da UFMA

Código	Disciplinas	Carga Horária	Créditos	Pré-Requisitos	Departamento
1º Semestre					

1529.2	Introdução à Economia	60	4	----	Economia
0737.4	Filosofia	60	4	----	Filosofia
1365.0	Ev. Idéias Sociais	60	4	----	Sociol. e Antropologia
1598.5	Cont. Anál. Balanços	60	4	----	C. Contábeis e Adm.
4008.4	Matemática I	60	4	----	Matemática
	Educação Física	30	2	----	Educação Física

2º Semestre

1594.1	Economia Clássica	60	4	Introdução à Economia	Economia
1330.9	Sociologia	60	4	----	Sociol. e Antropologia
1597.4	F.D.C.	60	4	Introdução à Economia	Economia
0725.0	Metodologia Científica	60	4	----	Filosofia
4009.5	Matemática II	60	4	Matemática I	Matemática

3º Semestre

1596.3	Economia Neoclássica I	60	4	Ec. Clássica e Matemática II	Economia
1595.2	Economia Marxista I	60	4	Ec. Clássica	Economia
3103.8	D.C.C.	60	4	F.D.C.	Economia
1100.7	Int. à Estatist. Econômica	60	4	Int. à Econ. e Matemática II	Matemática
5000.0	Matemática III	60	4	Matemática II	Matemática

4º Semestre

3100.5	Economia Neoclássica II	60	4	Economia Neoclássica I	Economia
3101.6	Economia Marxista II	60	4	Economia Marxista I	Economia
3102.7	Contabilidade Social	60	4	Introdução à Economia	Economia
5001.1	Est. Econ. e Int. Econometria	60	4	Int. à Estatist. Econômica	Matemática

0480.8	Direito e Economia	60	4	----	Direito
5º Semestre					
3105.0	Teoria Microeconômica I	60	4	Economia Neoclássica II	Economia
3106.1	Teoria Macroeconômica I	60	4	Contabilidade Social	Economia
3107.2	Form. Econ. do Brasil	60	4	D.C.C.	Economia
3114.1	Econ. Regional e Urbana	60	4	Econ. Neocl. II e Econ. Marx. II	Economia
1567.8	Economia Agrícola	60	4	Econ. Neocl. II e Econ. Marx. II	Economia
6º Semestre					
3110.7	Teoria Microeconômica II	60	4	Teoria Microeconômica I	Economia
3111.8	Teoria Macroeconômica II	60	4	Teoria Macroeconômica I	Economia
3135.6	D.S.E.	60	4	Teoria Macro I e D.C.C.	Economia
3117.4	Econ. do Setor Público I	60	4	Teoria Macro I e Econ. Marx. II	Economia
3126.5	Economia Monetária	60	4	Teoria Macroeconômica I	Economia
7º Semestre					
3124.3	Economia Internacional I	60	4	Teoria Micro e Macro II e D.C.C.	Economia
3131.2	Teoria Macroeconômica III	60	4	Teoria Macroeconômica II	Economia
3138.9	Econ. Bras. Contemporânea I	60	4	Form. Econ. do Brasil e D.S.E.	Economia
3118.5	Econ. do Setor Público II	60	4	Econ. do Setor Público I	Economia
3130.1	P.P.E.	60	4	Teoria Macroeconômica II	Economia
8º Semestre					
3125.4	Economia Internacional II	60	4	Economia Internacional I	Economia
	Eletiva	60	4		
	Eletiva	60	4		
	Eletiva	60	4		

Eletiva	60	4
---------	----	---

9º Semestre

1549.6	Estágio Supervisionado	270	6	1800 horas do Cur. Pleno
--------	------------------------	-----	---	--------------------------

3113.0	Téc. de Pesq. em Economia	60	4	1920 horas do Cur. Pleno
--------	---------------------------	----	---	--------------------------

10º Semestre

3142.5	Monografia	240	8	Téc. de Pesq. em Economia
--------	------------	-----	---	---------------------------

FONTE: CCCE, 2007.

5.2. Ementas das Disciplinas Obrigatórias

Introdução à Economia

O surgimento da Economia Política e a consolidação do capitalismo. Método e objeto da Economia nos paradigmas clássico, marxista, neoclássico e keynesiano. Tratamento de questões atuais segundo os diferentes paradigmas. Campo de atuação do economista.

Evolução das Idéias Sociais

O contexto histórico da implantação do modo de produção capitalista, que condicionou o aparecimento das Ciências Sociais modernas. Sua evolução, perspectivas teóricas e metodológicas.

Filosofia

Caracterização geral da Filosofia. Principais problemas filosóficos contemporâneos: o homem, a sociedade, o Estado e os valores.

Matemática I

Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares de uma variável real: funções elementares e funções exponencial e logarítmica; vizinhança. Ponto de acumulação. Limite. Continuidade. Definição e interpretação geométrica da derivada. Cálculo de derivada a partir de definição.

Contabilidade e Análise de Balanços

Noções preliminares e estática patrimonial. Procedimentos contábeis, variações do patrimônio líquido, operações com mercadorias, ativo imobilizado e problemas contábeis. O balanço. Introdução à análise das demonstrações contábeis.

Economia Clássica

O Mercantilismo, sua noção de riqueza e o papel da política econômica. A economia política dos fisiocratas: premissas metodológicas e o Tableau Economique de Quesnay. Adam Smith: valor e distribuição e tópicos específicos.

Formação e Desenvolvimento do Capitalismo

Modo de Produção Feudal. Declínio do Feudalismo. Formação dos Estados Nacionais. Acumulação mercantil e processo de acumulação primitiva. Revolução industrial e acumulação capitalista. O capitalismo concorrencial e as industrializações atrasadas.

Matemática II

Derivação de funções reais de uma variável real e aplicações. Diferencial. Integral indefinida, integral definida e métodos de integração. Integrais impróprias. Aplicação da integral.

Metodologia Científica

Metodologia: introdução. Demarcação científica. Ciências naturais e sociais. A construção do conhecimento científico. Métodos gerais e particulares.

Sociologia

Origem da Sociologia, Sociologia como ciência e métodos de investigação social. Sociedade e Estado: a visão liberal e a visão marxista. Indivíduo e sociedade. Estado e classes sociais no Brasil.

Contabilidade Social

Conceituação e análise dos agregados macroeconômicos: óticas de mensuração dos principais agregados macroeconômicos. Sistemas de contas nacionais. Esquemas de insumo-produto: matrizes de insumo-produto como instrumento de análise e programação econômica. Contabilidade a preços constantes: índices de preços e quantidades. Noções gerais sobre balanço de pagamentos. Sistema de contas nacionais no Brasil hoje.

Economia Neoclássica I

Princípios básicos. Os precursores e a "revolução marginalista". Teoria do valor-utilidade. A demanda do consumidor e os preços. Fatores de produção. Produtividade marginal e lei dos rendimentos. Custos de produção e preços de oferta.

Economia Marxista I

A crítica da economia política e o método em Marx. O processo de produção do capital: mercadoria e dinheiro, transformação do dinheiro em capital; produção da mais-valia; salário; acumulação de capital. O processo de circulação do capital: metamorfoses e ciclos do capital; rotação do capital; reprodução e circulação do capital social.

Desenvolvimento do Capitalismo Contemporâneo

Síntese da evolução e consolidação do capitalismo concorrencial. A situação econômica nas sociedades capitalistas ao final do século XIX e início do século XX. O capitalismo monopolista. A hegemonia da economia americana. O período entre guerras e as novas relações entre Estado e economia. Capitalismo monopolista e trabalho.

Matemática III

Funções reais de duas ou mais variáveis reais. Limite. Continuidade. Derivação parcial. Máximos e mínimos de funções de várias variáveis e multiplicadores de Lagrange. Integrais duplas e integrais triplas.

Introdução à Estatística Econômica

Distribuições de frequências. Medidas de posição e variação. Teoria da probabilidade. Variáveis aleatórias. Principais distribuições discretas e contínuas. Distribuições amostrais.

Formação Econômica do Brasil

Fundamentos da colonização: formação e expansão econômica no período colonial. Os complexos regionais. Transição para a economia assalariada (1850/1886). A economia nordestina e amazônica. Expansão capitalista e origens da formação industrial (1880/1929). A industrialização brasileira anterior à segunda guerra. A crise do café e a grande depressão.

Economia Marxista II

Transformação da mais-valia em lucro. Transformação de valores em preços de produção. Lei da baixa tendencial da taxa de lucro. Crises capitalistas. Capital comercial e capital produtor de juros. Os rendimentos e suas fontes.

Economia Neoclássica II

Distribuição e concorrência pura. Efeitos do monopólio sobre a distribuição. A natureza dos lucros, dos juros e da renda. Introdução à teoria do bem-estar. A teoria neoclássica do capital, da distribuição e das mudanças técnicas. O método neoclássico na análise econômica.

Estatística Econômica e Introdução à Econometria

Teoria dos números índices. Testes de hipóteses, estimação de parâmetros e análise de variância. Séries temporais. Teoria de regressão linear.

Direito e Economia

A ciência do Direito. A filosofia do Direito e os processos econômicos. Noção e divisão do Direito. Aplicações do Direito e da justiça. Pessoa física e jurídica. Direito Civil, Constitucional, Comercial e Tributário. Direito do Trabalho e previdência Social.

Teoria Microeconômica I

Concorrência perfeita, imperfeita e suas críticas. Concentração e centralização do capital. Custos de produção e economias de escala. Objetivos, conceituação e potencial de crescimento da firma oligopólica. Preços e margens de lucro em condições de oligopólio.

Teoria Macroeconômica I

A lei de Say. O princípio da demanda efetiva. Os determinantes da distribuição de renda e os determinantes do emprego, da produção e da renda. Os determinantes do consumo e o multiplicador de investimentos. Os determinantes do investimento. Os determinantes da demanda por dinheiro e da taxa de juros.

Formação Econômica do Brasil

Fundamentos da colonização: formação e expansão econômica no período colonial. Os complexos regionais. Transição para a economia assalariada (1850/86). A economia nordestina e amazônica. Expansão capitalista e origens da formação industrial (1880/29). A industrialização brasileira anterior à segunda guerra. A crise do café e a grande depressão. A política econômico-financeira.

Economia Regional e Urbana

Tópicos sobre os principais conceitos de espaço e região; teoria dos pólos, métodos e técnicas de regionalização e análise regional; tópicos sobre a localização da atividade econômica. A questão Nordeste no contexto da acumulação capitalista no Brasil: desigualdade de renda e emprego, de mobilidade especial e social, de atividades produtivas e de utilização e apropriação de meios de produção.

Economia Agrícola

A questão agrária: formas capitalistas e não capitalistas de produção agrícola; a renda da terra. A questão agrária no Brasil. A intervenção do Estado na agricultura.

Teoria Microeconômica II

Crescimento das firmas. Estratégias de crescimento: diferenciação de produtos, esforços de venda e processo de diversificação internacional do capital. Estrutura industrial brasileira.

Teoria Macroeconômica II

O modelo macroeconômico neoclássico. A crítica de Keynes à teoria neoclássica da determinação do produto pelo mercado de trabalho. Produto de equilíbrio e equilíbrio geral (o modelo IS-LM), relação entre flexibilidade salarial e emprego, renda agregada, preços e emprego, instabilidade e política econômica, na abordagem ortodoxa ou neo-keynesiana.

Economia do Setor Público I

Relações lógicas e históricas entre Estado e capital. Teorias sobre o Estado nos países capitalistas desenvolvidos e subdesenvolvidos. Políticas públicas e crise fiscal do Estado.

Desenvolvimento Sócio-Econômico I

Introdução: conceituação, terminologia; o campo da economia do desenvolvimento. Teorias do desenvolvimento: Lewis, Rostow, Rosenstein-Rodan, Hirschman. O pensamento da CEPAL. O debate pós-cepalino: a teoria da dependência; a abordagem endogenista. Estado e desenvolvimento. Internacionalização do capital e desenvolvimento: a crise do capitalismo central e as novas estratégias de industrialização na periferia.

Economia Monetária

Noções básicas de moeda e crédito. As matrizes da teoria monetária (Marx, Keynes e monetaristas). O sistema financeiro – aspectos institucionais, fluxos financeiros, empresas financeiras e não financeiras. A dinâmica financeira. A política financeira.

Economia Internacional I

Teorias do comércio internacional (vertentes clássica, neoclássica e abordagens recentes). Políticas de comércio. Câmbio, Balanço de pagamento: conceituação e ajustamentos.

Teoria Macroeconômica III

A abordagem macrodinâmica. Duplo caráter do investimento e macrodinâmica. Os modelos de crescimento de Harrod, Domar e Samuelson. A teoria do ciclo puro em Kalecki. Os modelos de crescimento de Meade e Solow. Dinâmica e inovação tecnológica em Schumpeter. Teorias da inflação.

Economia Brasileira Contemporânea I

Retrospecto da formação industrial brasileira. O processo de substituição de importações. A dinâmica recente do desenvolvimento capitalista no Brasil – fases e características. O esgotamento do modelo: impasses e perspectivas.

Economia do Setor Público II

Lei das finanças. Fundamentos teóricos e normativos das decisões financeiras. Receita. Despesa. Orçamento e crédito público. Intervenção estatal e endividamento do setor público no Brasil.

Política e Planejamento Econômico

Instituições, fundamentos, objetivos e instrumentos de política econômica. Experiências de política econômica. Princípios, métodos, fases, objetivos, metas, modelos e avaliação do planejamento.

Economia Internacional II

As transformações do pós-guerra: as instituições criadas em Bretton Woods; o Plano Marshall; a internacionalização do capital; o desequilíbrio benéfico (1947/58); as tensões correntes no sistema monetário internacional (1959/68); o colapso da ordem internacional (1968/71); Euromercado e endividamento externo. A reestruturação capitalista: os blocos econômicos, a 3ª Revolução industrial e os NIC's.

Técnica de Pesquisa em Economia

Ciência e conhecimento. A pesquisa econômica. Formulação de problemas. Pesquisa empírica e teórica. Técnicas de coleta de dados. Análise dos dados. Desenvolvimento do projeto de monografia: tema, justificativa, objetivos, metodologia.

5.3. Disciplinas Eletivas

Como parte da integralização do Curso, o aluno deve cursar quatro disciplinas do quadro das eletivas, perfazendo um total de 240 horas-aulas. Geralmente a escolha é feita entre as disciplinas relacionadas no quadro abaixo.

Tabela 2 - Disciplinas Eletivas do Curso de Ciências Econômicas da UFMA

CODIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORARIA	CREDITOS	PRE-REQUISITOS	DEPARTAMENTOS
3136.7	Desenvolvimento Sócio-Econômico II	60	04	Desenvolvimento Sócio-Econômico I	Economia
3139.0	Economia Brasileira Contemporânea II	60	04	Economia Brasileira Contemporânea I	Economia
3463.9	Estudo do Processo Inflacionário	60	04	Economia Monetária	Economia
3464.0	Políticas Sociais	60	04	Economia Setor Público I	Economia
3119.6	Economia do Trabalho	60	04	Teoria Macroeconômica II	Economia
3465.1	Desenvolvimento Regional	60	04	Economia Regional e Urbana	Economia
3133.4	Formação Econômica do Maranhão	60	04	Form. Econômica do Brasil	Economia
3113.6	Ciência Política	60	04	Filosofia/ Sociologia	Sociologia e Antropologia
3132.3	Tópicos em Teoria Econômica	60	04	Teoria Macroeconômica III	Economia
3128.7	Econometria	60	04	Est. Econ. E Int. Econometria	Economia
3127.6	Elaboração de Projetos	60	04	Teoria Microeconômica II	Economia
3137.8	Mercado de Capitais	60	04	Economia Monetária	Economia
3143.6	Administração Financeira	60	04	Cont. e Anal. Balanços	Ciências Contábeis e Administração
3144.7	Contabilidade de Custos	60	04	Cont. e Anal. Balanços	Ciências Contábeis e Administração
5004.4	Matemática Financeira	60	04	Int. Estat. Econômica	Matemática
1546.3	Introdução à Administração	60	04	_____	Ciências Contábeis e Administração
3145.3	Marketing	60	04	_____	Ciências Contábeis e Administração
3123.2	Economia Industrial	60	04	Teoria Microeconômica II	Economia
5007.7	Processamento de Dados	60	04	_____	Informática

FONTE: CCCE, 2007.

5.4. Ementas das disciplinas eletivas

Introdução à Administração

A organização como sistema. Objetivos e produtos da organização. O indivíduo na organização. Estilos de liderança. Comunicação e percepção. Estrutura. Atividades: fluxos, movimentos e lay-out. Indicadores de desempenho. Técnica de Programação e de mudança organizacional.

Marketing

Definições e conceitos de marketing. Análise e pesquisa de marketing. Administração do produto e da promoção. A concorrência e o preço sob enfoque de marketing. Canais de distribuição. Administração de vendas, controle de informações no marketing. Aspectos legais. O marketing em empresas sem fins lucrativos.

Matemática Financeira

Juros simples e compostos. Descontos simples e compostos.

Mercado de Capitais

O mercado de capitais como segmento do mercado financeiro. Intermediação financeira e desenvolvimento. Títulos e valores mobiliários privados e públicos. Fundos de investimentos e bolsas de valores.

Políticas Sociais

O Estado moderno e suas expressões políticas (O Estado liberal, socialista e social-democrata). A estrutura econômica, as formas de governo e as especificidades das políticas de ação no âmbito social. A política social brasileira. Análise das principais políticas sociais brasileiras – habitação, saúde, saneamento básico e outras.

Processamento de Dados

Processamento eletrônico de dados: introdução e importância. Fluxograma e linguagem de programação. Utilização e aplicação de sistemas integrados.

Tópicos em Teoria Econômica

A Teoria Ricardiana do valor e da distribuição. A construção teórica de Piero Sraffa. Valor e preços de produção: Sraffa versus Marx. O paradigma Neo-ricardiano. Neo-ricardianismo: uma crítica. Matrizes teóricas, conceito e método da escola da regulação. Formas institucionais, regimes de acumulação, regulação e crises. A teoria da regulação e sua interpretação do subdesenvolvimento. Escola da regulação: uma crítica.

Administração Financeira

Avaliação da empresa: financeira e econômica. Custo de capital. Política de dividendos. Administração de caixa e títulos negociáveis. Fontes de financiamento: ações ordinárias e preferenciais. Alavancagem financeira. Ponto de equilíbrio das operações. Orçamento.

Ciência Política

Delimitação e objeto da Ciência Política. Processos Políticos e sociedade. Organização e grupos políticos. Poder e classes sociais. Legitimidade e conflitos. Estado. Sociedade civil. Instituições políticas, partidos políticos, processos de decisão. Política. Estado, sociedade e economia: suas relações.

Contabilidade de Custos

Noções básicas sobre custos. Custo de Administração. Relação custo/volume lucro. Avaliação de desempenho e preços de transferências internas. Custo e decisões de produção.

Desenvolvimento Sócio-Econômico II

Tópicos avançados: evoluções recentes da teoria do desenvolvimento econômico e social.

Econometria

Objetivos e conceitos básicos. Regressão linear simples. Regressão linear múltipla. O modelo de regressão linear geral. Modelos com variáveis especiais.

Economia Brasileira Contemporânea II

Tópicos específicos da economia brasileira atual.

Desenvolvimento Regional

O debate teórico sobre a região. Abordagem do desenvolvimento regional. Desenvolvimento regional no Brasil: as regiões brasileiras e a dinâmica do modelo primário-exportador. A industrialização e o desenvolvimento regional. Políticas públicas de desenvolvimento regional no Brasil: o caso do norte e do nordeste. As políticas. As políticas para o setor agrário.

Economia do Trabalho

Análise teórica e empírica do mercado de trabalho. As diferentes abordagens teóricas. Emprego e rendas nas economias capitalistas atrasadas no pós-guerra. Intervenção governamental e sindicatos. Políticas de emprego e salários.

Economia Industrial

Inovações tecnológicas e dinâmica capitalista. Organização industrial no Brasil. Política Industrial e desenvolvimento tecnológico. Organização da produção e relações de trabalho no contexto das novas tecnologias.

Elaboração de Projetos

Planos, programas e projetos. Mercado: tamanho, localização. Engenharia do Projeto. Inversões, custos e receitas. Financiamento, taxa interna de retorno e análise de sensibilidade. Projetos do setor privado e público. Aspectos administrativos. Estudos de casos. Introdução à análise de projetos.

Estudo do Processo Inflacionário

Enfoques teóricos alternativos: monetarista, novo-clássico, keynesiano, neo-estruturalista e pós-keynesiano. Causas e efeitos da inflação brasileira. A lógica das recentes políticas de estabilização da economia no Brasil.

Formação Econômica do Maranhão

Criação da colônia maranhense: povoamento e ocupação territorial; papel dos jesuítas e características da economia de subsistência instalada. Integração, crescimento e crise do sistema colonial. Evolução da produção agrícola, capital comercial e protoindústria. A economia maranhense no século XX: integração do Estado à economia nacional e transformações recentes.

5. Estágio Curricular Supervisionado

De acordo com as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Econômicas, atualizadas em 2007, o Estágio Supervisionado é de caráter opcional. Como descrito abaixo:

“Art. 7º - O Estágio Supervisionado é um componente curricular opcional da Instituição, direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo a Instituição que o adotar, submeter o correspondente regulamento com suas diferentes modalidades de operacionalização, à aprovação de seus colegiados superiores acadêmicos.

§ 1º - O Estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria Instituição, mediante laboratórios que congreguem as diversas

ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos econômicos, modelos e propostas, estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria prevista no caput deste artigo.

§ 2º - As atividades do Estágio Supervisionado deverão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão” (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007, publicada no DOU de 16/07/2007).

O Estágio Curricular Supervisionado na UFMA é obrigatório, para todos os cursos de graduação, e está regido pela Resolução nº 90/99 – CONSEPE, especificamente nos seus Artigos. nº 86 a 118.

O Curso de Ciências Econômicas da UFMA dispõe de “Normas Específicas de Estágio Curricular” (www.economia.ufma.br)^[9].

Com o total de 270 horas, o Estágio Curricular Supervisionado visa proporcionar aos discentes a oportunidade de exercitar conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do Curso. A inscrição do discente no Estágio Supervisionado Obrigatório tem como pré-requisito a integralização de, pelo menos, 1800 horas do Currículo Pleno. Tanto a UFMA quanto o Curso de Ciências Econômicas mantém convênios com empresas e órgãos públicos para que estes recebam nossos discentes para a realização de seus Estágios Curriculares Supervisionados e Obrigatórios.

Neste momento, considerando a “Lei Nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, sancionada pelo Presidente da República e publicada no DOU de 28/09/2008”, a Universidade Federal do Maranhão (por meio da Pró-Reitoria de Ensino - Departamento de Desenvolvimento e Organização Acadêmica - Divisão de Cursos de Graduação e Estágio Curricular) está construindo um novo “Regulamento de Estágio dos Cursos de Graduação”. Deste processo decorrerá a reformulação das nossas “Normas Específicas de Estágio Curricular”.

7. Atividades Complementares

As atividades complementares são consideradas componentes curriculares, não obrigatórios, absolutamente necessários para processo de formação dos nossos Economistas. Pelas Novas Diretrizes Curriculares dos Cursos de Ciências Econômicas temos que:

“Art. 8º - As Atividades Complementares são componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar abrangendo estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho, com os diferentes modelos econômicos emergentes no Brasil e no mundo e as ações de extensão junto à comunidade.

Parágrafo único – As atividades complementares se constituem componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil do formando, sem que se confundam com estágio curricular supervisionado” (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007, publicada no DOU de 16/07/2007).

Atualmente, as atividades complementares constam do Projeto Político-Pedagógico nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Dentre elas podemos destacar:

- a) Participação em projetos de pesquisa;
- b) Monitoria;
- c) Trabalhos de Iniciação Científica;
- d) Participação em projetos de extensão;
- e) Participação em módulos temáticos;
- f) Seminários, simpósios, congressos e conferências;
- g) Disciplinas oferecidas por outras instituições de ensino ou de regulamentação e supervisão do exercício profissional, desde que em cursos reconhecidos;
- h) Disciplinas ou conteúdos que não estejam previstos no currículo pleno de uma determinada instituição, em cursos reconhecidos;
- i) Estudos desenvolvidos em cursos seqüenciais ou em cursos de graduação e pós-graduação em ciências econômicas ou áreas correlatas;
- j) Participação em programas de governo;
- k) Programas de instituição em relação com a comunidade;
- l) Conhecimentos e competências adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

No nosso Curso, atualmente, temos as seguintes atividades complementares programadas e em funcionamento.

Atividades Programadas:

Criação do PET-Economia

Existe um Projeto de criação do PET-Economia aprovado na UFMA

Programa de Monitorias

Estamos ativando a seleção de monitorias tanto em nível de bolsistas com remuneração quanto de bolsistas voluntários.

Atividades em funcionamento:

Programa de Iniciação Científica:

Dos 12 projetos de pesquisa em andamento contamos com seis bolsistas CNPQ e três bolsistas FAPEMA.

Grupos e Núcleos de Pesquisas

Para que a pesquisa seja estimulada e sequenciada, o nosso curso conta com grupos temáticos que procurarão formar núcleos de pesquisas com o objetivo de socializar os resultados de pesquisa e empreender discussões e intercâmbio nacional e internacional.

Atividades de Extensão

A extensão é um dos elementos da tríade que constitui as atividades da formação nas Universidades Federais, juntamente com o ensino e a pesquisa.

Através da extensão procuramos fazer com que a comunidade acadêmica mantenha estreitas relações com a comunidade em geral, especialmente com a base material que constitui seu objeto de estudo. No caso das Ciências Econômicas a preocupação é que os estudantes possam constituir os nexos entre teoria e prática, sobretudo poderem ver que a teoria econômica é uma especial sistematização da produção, da circulação e da apropriação da riqueza social material. A preocupação é também que a sociedade (as pessoas comuns) perceba que as teorias não são coisas misteriosas, isto é, que elas são produtos da produção da existência social e humana.

A Empresa Júnior de Economia (EJECON)

Ela é resultante dos anseios dos alunos do Curso de Ciências Econômicas da UFMA, tendo sido fundada com apoio de um grupo de professores do DECON; está regularizada perante a UFMA e órgãos externos (CNPJ nº 05.584.238/0001-25). "É uma empresa sem fins lucrativos gerida pelos alunos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)".

As atividades aqui elencadas são complementares se olhadas do ponto de vista da Estrutura Curricular considerando apenas as atividades de ensino. Entretanto, quando consideramos a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão são atividades absolutamente necessárias para uma mínima formação de Economistas que atendam às demandas da sociedade e, particularmente, do exigente mercado de trabalho.

7.1. Programa de Iniciação Científica

No período de 1997 a 2003, no Curso de Ciências Econômicas da UFMA, foram desenvolvidas duas pesquisas envolvendo alunos com bolsas de iniciação científica. Trataram-se das pesquisas "Informalidade, precariedade, exclusão e alternativas de reprodução da força de trabalho em São Luís" coordenada pelo Prof. Ms. João Claudino Tavares e da pesquisa "O Estado e a Mundialização" desenvolvida pelo Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias. As pesquisas referidas contaram com bolsas CNPQ. Alunos que participaram das mesmas se encaminharam diretamente para a realização de mestrados.

O principal meio de incorporação de alunos às pesquisas com bolsas de iniciação científica é através do CNPQ, embora utilizemos outros meios a partir de convênios com instituições e empresas interessadas na realização de estudos como diagnósticos e monitoramento relacionados a empreendimentos que causam impactos sócio-econômicos e ambientais.

O estímulo à pesquisa em geral e à inclusão de aluno pela iniciação científica, em particular, tem sido exercido basicamente com liberação de carga horária de professores para o seu desenvolvimento e para o respectivo acompanhamento de alunos.

Com o atual quadro de docentes, a elaboração de projetos de pesquisas e a solicitação de bolsas de iniciação científica, para alunos da graduação, torna-se quase que obrigatória. Para tanto, devemos desenvolver pesquisas e recorrer tanto ao CNPQ quanto à FAPEMA.

7.2. Grupos e Núcleos de Pesquisas

Para que a pesquisa seja estimulada e sequenciada, o nosso curso conta com grupos temáticos que procurarão formar núcleos de pesquisas com o objetivo de socializar os resultados de pesquisa e empreender discussões e intercâmbio nacional e internacional.

Nosso curso conta com um núcleo de pesquisa há bastante tempo formado e dois grupos de pesquisa. Um desses grupos está em processo de transformação em núcleo. São os Grupos Ignácio Rangel, o Grupo de Estudos sobre as Reformas e Metamorfoses do Estado (GERME) e o Grupo de Pesquisas sobre Processos de Produção e Relações de Trabalho nas Economias Dependentes CNPQ e Certificado pela UFMA desde 1997 (Ver: CNPQ: Diretório de Grupos de Pesquisas). ^[10]. Este último faz parte do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ruy Mauro Marini.

Atualmente existe uma pesquisa em atividade "Gestão orientada para resultados: projetos estratégicos no Maranhão" coordenada pelo Prof. Dr. João Gonsalo de Moura, conta com a participação do Prof. Ms. Alan Vasconcelos Santos e o Prof. Ms. Orlando Oscar Rosar e com cerca de quinze alunos bolsistas.

7.3. Criação do PET-Economia PET (Programa Especial de Treinamento, atualmente, Programa de Educação Tutorial) é um programa especial criado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) com o objetivo de estimular e apoiar alunos de graduação a se aperfeiçoarem e, futuramente, seguir a carreira acadêmica, preferencialmente a carreira docente. A partir do ano 2000, o PET passou a ser vinculado à Secretaria de Educação Superior - SESu/MEC. ^[11]

Desde a década de 1990 existem demandas para a criação do PET-Economia. Entretanto, só agora, com a capacitação de uma boa parcela de nossos docentes em nível de doutorado é que torna-se factível a organização de um projeto para a implantação do PET. Atualmente, estamos elaborando o Projeto do PET-Economia com a previsão de que o Programa seja implantado já a partir de 2008.

7.4. Programa de Monitorias

Consideramos a monitoria como importante espaço para que alunos de destaque possam ser estimulados ao aprofundamento de estudos relativos a determinadas temáticas orientadas por um professor.

Até 2003 o programa de monitorias no nosso Curso era bastante ativo. Tínhamos tanto monitorias remuneradas quanto monitorias não remuneradas. Neste momento estamos organizando a retomada das monitorias sejam elas remuneradas ou não. Para tanto, estimularemos os nossos professores a efetivarem suas devidas demandas.

7.5. Atividades de Extensão

A extensão é um dos elementos da tríade que constitui as atividades da formação nas Universidades Federais, juntamente com o ensino e a pesquisa.

Através da extensão procuramos fazer com que a comunidade acadêmica mantenha estreitas relações com a comunidade em geral, especialmente com a base material que constitui seu objeto de estudo. No caso das Ciências Econômicas a preocupação é que os estudantes possam constituir os nexos entre teoria e prática, sobretudo poderem ver que a teoria econômica é uma especial sistematização da produção, da circulação e da apropriação da riqueza social material. A preocupação é também que a sociedade (as pessoas comuns) perceba que as teorias não são coisas misteriosas, isto é, que elas são produtos da produção da existência social e humana.

As atividades de extensão devem ser permanentes e envolver o máximo possível de atividades em níveis diversificados. Precisamos empreender esforços no sentido de dar conseqüências à pluralidade do processo de formação de nossos alunos, assim como, justificar a própria interdisciplinaridade.

Realizaremos seminários, palestras, debates internos e estimularemos a participação de professores e alunos em atividades externas, seja como participantes ou como apresentadores de trabalho.

Temos como desafio, mais imediato decolar com a realização semestral da Semana de Economia promovida, se possível, conjuntamente pela Coordenação, pelo Departamento de Economia e pelo Centro Acadêmico de Economia (CAECO).

A importância da extensão não está apenas na prática que o aluno adquire fora da sala de aula, mas, principalmente, na possibilidade de se conhecer pessoas e a realidade em que se pretende atuar.

Procuraremos estimular a organização de visitas programadas aos processos concretos de funcionamento de atividades produtivas. Pois, consideramos estas visitas como momentos oportunos para que os alunos possam ver como funcionam, na prática, o que é discutido a partir de literaturas nas salas de aulas.

A prática é sempre o laboratório da teoria em ambos constituem a práxis humana.

7.6. A Empresa Júnior de Economia (EJECON) foram extraídas do portfólio da própria empresa, fornecida por sua Consultora, a aluna, Marla Brito. A EJECON tem como sede a Sala 305 do 2º Andar(3º pavimento)do Bloco F do CCsO. E-mail:;Telefone (98) 2109-8469." class="footnote">5

Na apresentação da EJECON (Empresa Júnior de Economia) consta que ela foi fundada em 17 de dezembro de 2002. Ela é resultante dos anseios dos alunos do Curso de Ciências Econômicas da UFMA, tendo sido fundada com apoio de um grupo de professores do DECON; está regularizada perante a UFMA e órgãos externos (CNPJ nº 05.584.238/0001-25). “É uma empresa sem fins lucrativos gerida pelos alunos do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)” (EJECON, 2007, p. 3).

A EJECON tem como finalidade contribuir para a formação de profissionais mais qualificados, visto que a mesma possibilita tanto experiência profissional na área de atuação dos acadêmicos, como também serve de suporte para o curso no sentido de aplicação (nos serviços de consultoria) das teorias aprendidas (Id. Ibid).

A EJECON tem desenvolvido trabalhos em parcerias com “SEBRAE, IEL, FIEMA, Secretarias Municipais e Estadual, ACM, CORECON, Brasil Júnior, Federação Maranhense de Empresas Juniores, CVRD, ONG’s, etc. O lema de trabalho é: FAZER (Força de Vontade, Ação, Zelo, Ética e Responsabilidade Social).

8. Metodologia de ensino e de avaliação discente

A avaliação do processo ensino-aprendizagem é algo bastante delicado. O nosso sistema, que requer resultados imediatos, está bastante passível de cometer falhas e, portanto, incorrer em algumas injustiças para com o educando. Pois, muitas vezes, os resultados de uma discussão só aparecem quando as pessoas são testadas nas ações concretas da vida, quando ela demanda respostas concretas diante de fatos concretos.

Entretanto, por mais que empreendamos esforços, as avaliações que fazemos tem muito a ver com simulações de realidades e isto dificulta as próprias respostas por parte dos educandos. Em se tratando de respostas de aprendizados de conteúdos teóricos os problemas se referem às dificuldades de reprodução mais fiel possível do pensamento dos autores.

8.1. O sistema de avaliações

Do ponto de vista formal, o sistema de avaliação do desempenho discente segue as normas da Resolução nº 90/99 – CONSEPE, nos Arts. nº 23 a 33 (UFMA, 1999a, p. 16-18).

Entretanto, compreendemos que a avaliação de desempenho está para além das formalidades exigidas. Incentivaremos que os docentes estimulem a participação de todos os discentes nas formas dinâmicas da prática do ensino-aprendizagem e que realizem atividades diversificadas para um melhor conhecimento de suas potencialidades, para estimular o interesse pelos conteúdos das disciplinas e do Curso como um todo.

Do ponto de vista formal, o sistema de avaliação do desempenho discente segue as normas da Resolução nº 90/99 – CONSEPE, nos Arts. nº 23 a 34.

Em conformidade com os ditames da Resolução nº. 90/99-CONSEPE, nos Art. Nº 23 a 34 as avaliações são traduzidas em notas que variam de zero a cem, permitidas as frações em décimos e vedado o arredondamento, serão objeto resultante de três verificações de aprendizagem, representadas por provas e/ou trabalhos individuais e/ou em conjunto.

Será levada em consideração no processo de avaliação permanente de cada aluno, a participação qualitativa durante as atividades do curso, seu interesse e grau de assiduidade e, especialmente, a exposição feita perante o grupo, no qual será considerado o domínio de conteúdo, objetividade, capacidade de análise e síntese, bem como a clareza de idéias e raciocínio, sobretudo no esclarecimento de questionamento e/ou dúvidas.

Será considerado aprovado por frequência o aluno que alcançar o mínimo de setenta e cinco por cento de presenças nas atividades da

disciplina.

Para efeito de verificação de aproveitamento final, o aluno deverá ser submetido no mínimo a três avaliações na disciplina ou atividade, podendo chegar até cinco, incluída a prova final no decorrer do semestre letivo, devendo ser consideradas as três maiores notas, excluída a da prova final.

O conteúdo objeto de cada uma das três avaliações regulares corresponderá a cada terço do programa da disciplina ou atividade.

A quarta avaliação, quando for o caso, abrangerá o conteúdo do programa da disciplina ou atividade incidente sobre o terço em que o aluno apresentou rendimento insuficiente.

Será considerado aprovado o aluno que alcançar, com base nas três avaliações regulares, média aritmética igual ou superior a setenta.

Será considerado reprovado o aluno que obtiver média aritmética inferior a quarenta, após submeter-se às três avaliações regulares.

O aluno que, após as três avaliações regulares, alcançar média aritmética inferior a setenta poderá submeter-se à quarta avaliação, de reposição, que abrangerá o conteúdo do programa da disciplina ou atividade incidente sobre o terço em que o aluno apresentou rendimento insuficiente.

Será considerado aprovado o aluno que alcançar, com base nas três maiores notas das avaliações realizadas, média aritmética igual ou superior a sessenta.

O aluno que, após a quarta avaliação, alcançar a média aritmética inferior a setenta e igual ou superior a quarenta será submetido a prova final que versará sobre todo o conteúdo programático da disciplina ou atividade.

Será considerado aprovado o aluno com média aritmética igual ou superior a sessenta, obtida da soma da nota da prova final com a média das três notas das avaliações anteriores. Caso contrário. Será considerado reprovado.

8.2. O desempenho discente em relação às monografias

A partir da reforma curricular, estabelecida na Resolução 11/84 do CFE, tivemos a monografia como um dos elementos inovadores dos Cursos de Ciências Econômicas. Na referida Resolução, encontramos, no Art. 6º, o seguinte:

“A Monografia consistirá de um trabalho de graduação, a ser elaborado individualmente pelo estudante, sob orientação de um professor e submetido à aprovação formal de uma comissão de professores, designada pelo colegiado do curso ou órgão equivalente”

Na Resolução que disciplina as atuais Diretrizes Curriculares reenfata-se:

“Art. 10º - O Trabalho de Curso deve ser entendido como um componente obrigatório da Instituição a ser realizado sob a supervisão docente.

Parágrafo único – O trabalho de Curso, referido no caput, deverá compreender o ensino de Metodologia e Técnicas de Pesquisa em Economia e será realizado sob supervisão docente. Pode envolver projetos de atividades centrados em determinada área teórico-prática ou de formação profissional do curso, que reúna e consolide as experiências em atividades complementares, em consonância com os conteúdos estudados. É desejável que tenha o formato final de uma Monografia, obedecendo às normas técnicas vigentes para efeito de publicação de trabalhos científicos, que verse sobre questões objetivas, baseando-se em bibliografias e dados secundários de fácil acesso” (RESOLUÇÃO CNE/CES nº 4, de 13 de julho de 2007, publicada no DOU de 16/07/2007).

Na UFMA, a Monografia de final de Curso é obrigatória conforme Resolução nº 90/99 – www.economia.ufma.br ^[9].

De 1987, ano de elaboração da primeira monografia no Curso de Ciências Econômicas da UFMA, até o presente momento, foram defendidas 619 monografias.

A partir de 2006 o CORECON-MA seleciona e premia as três melhores monografias elaboradas por estudantes dos cursos de Graduação em Ciências Econômicas no Estado do Maranhão.

A elaboração da Monografia é um tempo em que o aluno procura exercitar seus conhecimentos através da escolha e tratamento de um tema específico de sua escolha. É um momento privilegiado para efetivação de autocrítica sobre o acúmulo de informações e de reflexão sobre os meios para o desempenho de sua futura profissão.

A construção da Monografia ocorre em dois semestres, preferencialmente, consecutivos. No primeiro semestre, que antecede a elaboração da monografia propriamente dita, o discente elabora um projeto na disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia Para se inscrever em Técnica de Pesquisa em Economia, no Curso de Ciências Econômicas da UFMA, o discente tem ainda que ter integralizado, no mínimo, 1920 horas do Currículo Pleno. Em seguida, acompanhado por um professor orientador, acontece a elaboração da Monografia. Não obstante, este processo resulta de um grande esforço conjunto de discentes e de docentes.

[...] optou-se por manter o caráter obrigatório da monografia, por ter-se ela demonstrado um precioso instrumento na capacitação dos Economistas, expresso em resultados colhidos nos concursos públicos a que têm concorrido esses profissionais e em pesquisas que têm retratado as suas condições de trabalho. Alguns Conselhos Regionais e o próprio Conselho Federal de Economia instituíram prêmios para as melhores monografias, significando um estímulo adicional para garantia de sua qualidade. (www.cofecon.org.br ^[13]).

A partir da reforma curricular, estabelecida na Resolução 11/84 do CFE, tivemos a monografia como um dos elementos inovadores dos cursos de Ciências Econômicas, a qual serviria para que os alunos pudessem refletir e elaborar um trabalho sobre um tema específico. Na referida Resolução, encontramos, no Art. 6º, o seguinte:

A Monografia consistirá de um trabalho de graduação, a ser elaborado individualmente pelo estudante, sob orientação de um professor e submetido à aprovação formal de uma comissão de professores, designada pelo colegiado do curso ou órgão equivalente (In: ANGE, 1993, p. 29).

Na UFMA a monografia de final de Curso é obrigatória conforme Resolução nº 90/99 – CONSEPE em seus Arts. nº 76 a 85 (UFMA, 1999a, p. 30-32). Assim, no nosso curso, a elaboração da monografia é regulamentada por um conjunto de “Normas Operacionais” de 18/01/1995.

A elaboração da Monografia é um tempo em que o aluno procura exercitar seus conhecimentos através da escolha e tratamento de um tema específico de sua escolha. É um momento privilegiado para efetivação de autocrítica sobre o acúmulo de informações e de reflexão sobre os meios para o desempenho de sua futura profissão.

A construção da Monografia ocorre em dois semestres, preferencialmente consecutivos. No primeiro semestre, que antecede a elaboração da monografia propriamente dita, o aluno elabora um projeto na disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia. Em seguida, acompanhado por um professor orientador, acontece a elaboração da Monografia. Não obstante, este processo resulta de um grande esforço conjunto de discentes e de docentes.

[...] optou-se por manter o caráter obrigatório da monografia, por ter-se ela demonstrado um precioso instrumento na capacitação dos Economistas, expresso em resultados colhidos nos concursos públicos a que têm concorrido esses profissionais e em pesquisas que têm retratado as suas condições de trabalho. Alguns Conselhos Regionais e o próprio Conselho Federal de Economia instituíram prêmios para as melhores monografias, significando um estímulo adicional para garantia de sua qualidade. (COFECON e-mail: cofecon@cofecon.org.br).

A partir de 2006 o CORECON-MA seleciona e premia as três melhores monografias elaboradas por estudantes dos cursos de Graduação em Ciências Econômicas no Estado do Maranhão.

De 1987, ano de elaboração da primeira monografia no Curso de Ciências Econômicas da UFMA, até o presente momento, foram defendidas 582 monografias (Ver Tabela 3 abaixo).

Tabela 3 - Monografias defendidas no Curso de Ciências Econômicas da UFMA (1987 – 2007).

Anos	No de monografias defendidas
------	------------------------------

1987	02
------	----

1988	17
------	----

1989	14
------	----

1990	02
------	----

1991	05
------	----

1992	05
------	----

1993	14
------	----

1994	28
------	----

1995	92
------	----

1996	32
------	----

1997	49
------	----

1998	33
------	----

1999	47
2000	43
2001	34
2002	35
2003	41
2004	28
2005	21
2006	14
2007	31
2008	31
Total	618

FONTE: CCCE, 2007.

FONTE: CCCE, 2007.

O gráfico acima permite fazer algumas considerações importantes, assim como, diagnosticar problemas a serem encarados num curto prazo. Em primeiro lugar, podemos considerar a primeira metade da década de 1990 como o período em que foi consolidada a realização de monografia no curso de Ciências Econômicas da UFMA. Em 1995, em face, então, do identificado problema de retenção de alunos, foi empreendido um importante esforço coletivo de professores e como resultado tivemos a defesa de 92 monografias, sendo 72 no primeiro e 20 no segundo semestres.

Consolidado o sistema de elaboração de defesas de monografias passamos a ter uma média anual de defesas da 33,6 monografias entre 1996 e 2007. Entretanto, quando desdobramos este período em sub-períodos vemos que entre 1996 e 2003 tivemos uma média de 39,25 monografias defendidas anualmente e que está média caiu significativamente entre 2004 e 2008, para 22,25 monografias anualmente defendidas.

Esta realidade aponta para a necessidade de um novo esforço no sentido de programarmos outro esforço coletivo por parte de docentes no sentido de eliminar as novas retenções. A reativação da coordenação de monografias terá importante papel neste processo.

9. Avaliação do Curso e Projeto Pedagógico

A avaliação do processo ensino-aprendizagem é algo bastante delicado. O nosso sistema, que requer resultados imediatos, está bastante passível de cometer falhas e, portanto, incorrer em algumas injustiças para com o educando. Pois, muitas vezes, os resultados de uma discussão só aparecem quando as pessoas são testadas nas ações concretas da vida, quando ela demanda respostas concretas diante de fatos concretos.

Entretanto, por mais que empreendamos esforços, as avaliações que fazemos tem muito a ver com simulações de realidades e isto dificulta as próprias respostas por parte dos educandos. Em se tratando de respostas de aprendizados de conteúdos teóricos os problemas se referem às dificuldades de reprodução mais fiel possível do pensamento dos autores.

Compreendemos que a avaliação de desempenho está para além das formalidades exigidas. Incentivaremos que os docentes estimulem a participação de todos os discentes nas formas dinâmicas da prática do ensino-aprendizagem e que realizem atividades diversificadas para um melhor conhecimento de suas potencialidades, para estimular o interesse pelos conteúdos das disciplinas e do Curso como um todo.

Desde o início da década de 1990, por exemplo, o processo de avaliação permanente do desempenho docente e discente no curso de

Ciências Econômicas da UFMA demonstrou-se como uma preocupação dos que o fazem. Portanto, a avaliação está para além de determinações de políticas educacionais emanadas do sistema de controle geral. Nesta perspectiva podemos ver a proposta apresentada por um grupo de professores do DECON no ano de 1991 (Anexo III do Projeto Político Pedagógico do Curso de Ciências Econômicas da UFMA).

O “Plano de avaliação e dinamismo da atividade acadêmica na área de Economia (versão preliminar)” que pretendemos retomar, aprofundar e melhorar, propõem vários enfoques (Projetos A, B, C e D) para acompanhamento do desempenho de docentes e discentes envolvendo: a) ensino-aprendizagem, b) produção científica, c) conteúdo programático das disciplinas curriculares e d) uma constante preocupação com a “formulação e concretização de um novo projeto acadêmico na área de Economia”.

A realização de avaliações permanentes procura avançar cada vez mais nos objetivos de uma melhor possível capacitação profissional de docentes e discentes. Em relação aos discentes a preocupação é com a formação de profissionais capacitados para a atuação como Economista, com ênfase no pluralismo teórico-metodológico, com senso crítico frente aos problemas da realidade e com a responsabilidade social que requer a nossa profissão.

Em relação ao corpo docente tem-se a preocupação com o processo permanente de atualização para um melhor desempenho possível em relação às exigências da formação de Economistas e para o desempenho das atividades docentes em face às transformações, isto é, do aperfeiçoamento dos recursos científicos e técnicos.

Estamos reativando avaliação permanente do Curso de Ciências Econômicas independentemente de exigências formais.

10. Corpo Docente

Desde a década de 1990, as IFES vêm experimentando um processo acelerado de aposentadorias, muitas delas precoces, em virtude das reformas ditas neoliberais que caracterizaram os governos desde a década de 1990 em face às conseqüentes ameaças de perdas de direitos historicamente conquistados. Por outro lado, o não preenchimento das vagas através de concursos públicos para a carreira de magistério de ensino superior e os baixos salários têm dificultado a reposição das perdas.

Entretanto, apesar das dificuldades, o quadro de docentes do DECON, Departamento nuclear ao funcionamento do Curso de Ciências Econômicas, tem apresentado uma melhoria qualitativa dos seus docentes.

O quadro de docentes do DECON conta atualmente com vinte e um professores efetivos. Deste total, um docente está liberado por ter sido eleito para vereador; três docentes estão liberados para as administrações públicas em níveis municipal, estadual e federal; um docente está de licença médica e dois docentes estão afastados para capacitação (doutoramento). Com isto, do total de professores lotados no DECON, contamos com apenas quatorze para realizarem todas as atividades demandadas internamente; ministrar aulas, orientar monografias e assumir quaisquer outras atividades.

Dos quatorze professores que estão em atividades internas, parte deles tem cargas horárias alocadas em programas de pós-graduação e em pesquisas. Isto reduz, ainda mais, as disponibilidades para ministrar aulas e orientar monografias. Em suma, vale dizer, existe uma sobrecarga de trabalho para professores que estão completamente à disposição do DECON.

Do total de docentes lotados no DECON atualmente - de acordo como a data de admissão na UFMA - a previsão é de que quatorze tenha um tempo de dedicação à instituição de pelo menos quinze anos de trabalho.

Em termos de capacitação, demonstra-se a predominância de especializações nas áreas de Economia Agrícola/Rural e de Políticas Públicas.

Este processo tem, por conseguinte, demonstrado a importância dos princípios do Currículo de Economia definido na Reforma de 1984 quando a mesma recomendava uma formação com atenção para as realidades concretas onde se localizavam os Cursos de Ciências Econômicas. A grande parte das monografias defendidas no nosso curso versa, por exemplo, sobre questões econômicas relativas à produção da existência tendo o meio rural como objeto de estudo, assim como, as questões relacionadas aos problemas das políticas públicas. Outra área onde existem muitos trabalhos é a de Economia do Trabalho, outra tendência relacionada ao Grupo de Pesquisa sobre Processos de Produção e Relações de Trabalho nas Economias Dependentes.

10.1. Plano de Carreira Docente

O Plano de carreira docente tem por referência o aplicável a todas as Universidades Federais, de acordo com a legislação. Na UFMA a regulamentação tem por base a Res. 11/84 – CA e considera os esforços empreendidos pelos docentes no sentido não apenas de cumprir suas atividades rotineiras como também o aumento da qualificação.

A exemplo de outros cursos e das IFES, o nosso curso sofreu com as políticas desenvolvidas pelo governo Federal em relação à perda de profissionais devido ao processo de pressão através dos riscos de perda de direitos adquiridos. Em face a isto, tivemos perdas significativas devido a aposentadorias precoces. Os baixos salários que imperam no setor público em geral e, particularmente, na carreira de docentes de ensino superior, tem dificultado a reposição de pessoal através da aquisição de professores com doutorado.

Não obstante, também na década de 1990 houve um processo de aquisição de profissionais em nível de mestrado, sucedido por uma política de qualificação de maneira que a década de 1990 pode ser caracterizada pela política de qualificação em nível de mestrado. Neste início de milênio a política de qualificação teve continuidade, agora visando o nível de doutorado.

Tabela 7 - Demonstrativo da evolução do processo de capacitação de docentes efetivos lotados no Departamento de Economia da UFMA: 1990 – 2007.

Titulação	1990	1995	2000	2002	2007
Graduação	05	05	05	05	01
Especialização	05	06	04	04	02
Mestrado	06	11	14	15	09
Doutorado	02	02	02	04	10
Total de Docentes	18	28	25	28	22

FONTE: DECON, 2009.

Contamos com vinte e um docentes no quadro de efetivos sendo nove doutores, três em processo de doutoramento, dez mestres, sendo que deste total, dois com especialização e nenhum com apenas graduação. Se comparada com a situação em 1990, por exemplo, podemos ver importantes mudanças no quadro da capacitação docente em função do plano de capacitação assumido. A previsão é de que em 2011 tenhamos mais dois doutores como resultado do nosso plano de capacitação docente.

Comparando com a situação na UFMA, temos atualmente médias superiores. Pois, atualmente não temos docente efetivo apenas com Graduação enquanto que a UFMA tem 8%, com Especialização temos 9,5% ao passo que a UFMA tem 16,3%; com Mestrado temos 47,6 enquanto que a UFMA tem 45,4% e, com Doutorado temos 42,9% ao passo que a UFMA tem apenas 30,4%. Lutaremos para a nossa contínua melhoria em termos de aperfeiçoamento.

Juntamente com o processo de qualificação potencializaremos a graduação de nossos discentes, assim como, a pesquisa e o programa de pós-graduação do DECON.

Os docentes do DECON prestam serviços a outros Cursos da UFMA. No semestre 2007.2 foram lecionadas 44 disciplinas, sendo 26 para o Curso de Ciências Econômicas e 18 disciplinas para outros Cursos. Além disso, participam do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas lecionando disciplinas, orientando teses e dissertações e participando de Projetos de Pesquisas (Ver Currículos na Plataforma Lattes de CNPQ).

10.2. Programa de Capacitação Docente

A referência de capacitação docente é a do Departamento de Economia, que é o Departamento de sustentação do Curso de Ciências Econômicas por oferecer a maior parte das disciplinas. O Plano tem aprovação nas Assembléias Departamentais e norteia-se pelas normas da UFMA e pelas legislações relativas aos servidores públicos federais.





Com a capacitação do quadro de docentes do DECON, o que esperamos, dentre outros aspectos, é que o nível das monografias melhore consideravelmente. Não obstante, também esperamos que a Monografia torne-se um ensaio e um estímulo para que os alunos egressos sintam-se motivados a realizarem cursos de pós-graduação em nível de mestrado e de doutorado; Isto é, inclusive, uma das imposições do cada vez mais seletivo, restrito e exigente mercado de trabalho nos tempos atuais.

Nos preocupamos com a capacitação, atualização e reciclagem de nossos docentes por entender da importância que o processo trás para um melhor desempenho de nossas atividades assumidas.


Tabela 8 - Docentes efetivos lotados no Departamento de Economia da UFMA (Cargo, Regime de Trabalho, Titulação).

Mat.	Data da	Regime	Maior	Ano de	Título do trabalho, Instituição
------	---------	--------	-------	--------	---------------------------------

Docentes	UFMA	Admissão na UFMA	Cargo	de	titulação	obtenção	onde foi realizada a capacitação e ano de conclusão
<u>Alan Vasconcelos Santos</u> [14]							Dissertação: "Análise de modelos de séries temporais para previsão mensal do Imposto de Renda"
alan[at]ufma[dot]br; 1 alanvsantos@uol.com.br		09/05/2006	Assistente I	20	Ms	2003	Mestre em Economia – UFC - 2003 Monografia: "A âncora cambial do Plano Real e sua repercussão" Graduação em Ciências Econômicas – UFMA - 1998
<u>Alexsandro Sousa Brito</u> [15]							Doutorando em Economia Agrícola – UFRRJ – (2011) Dissertação: "A natureza das políticas educacionais orientadas pelo Banco Mundial nos anos 90: o caso da educação básica"
Alex_brito@yahoo.com 2		/2004	Assistente I	40/DE	Ms	2002	Mestre em Políticas Públicas – UFMA - 2002 Monografia: "A natureza das políticas educacionais orientadas pelo Banco Mundial ao Brasil nos anos 90" Graduação em Ciências Econômicas – UFMA - 2000
<u>Benjamin Alvino de Mesquita</u> [16]							Tese: "A transformação da pecuária maranhense sob a ação governamental e as forças do mercado: ritmos e rumos da ação do capital no período de 1970 a 2000"
bamin@uol.com.br 3 bamin@elo.com.br		07/01/1987	Adjunto IV	40/DE	Dr	2006	Doutor em Políticas Públicas / Geographi Amanegement et urbanism – UFMA/ PARIS III - 2006 Dissertação: "O capital industrial e a comercialização da malva no Pará" Mestre em Economia Agrícola – UFRRJ - 1982 Graduação em Ciências Econômicas – UFC - 1976
<u>Elizeu Serra de Araújo</u> [17]							Doutorando em Políticas Públicas – UFMA - (2011) <u>DECON podem ser obtidas nos seus respectivos currículos na Plataforma Lattes do CNPQ.</u>
elizeuserra@yahoo.com 4		09/01/1991	Assistente IV	40/DE	Ms	2001	Dissertação: "Teoria da dependência enquanto interpretação do desenvolvimento capitalista nas

							<p>formações sociais periféricas: as versões de Cardoso e Marini”</p> <p>Mestre em Economia – UFU - 2001</p> <p>Graduação em Ciências Econômicas - 198</p> <p>Dissertação: “Inserção externa, liberalização e estabilização: a experiência de liberalização comercial no Brasil na década de noventa”</p>
5	<p><u>Felipe Macedo de Holanda</u>  [19]</p> <p>felipedeholanda@uol.com.br</p>	31/07/2002	Assistente I	40/DE	Ms	1997	<p>Mestre em Economia – UNICAMP - 1997</p> <p>Monografia: “O Estado desenvolvimentista brasileiro”</p> <p>Graduação em Ciências Econômicas – FEA/USP - 1990</p> <p>Pós-Doutor Paris-Nord, PARIS XIII - 1996; 2002</p> <p>Tese: “L’état et le processus de socialisation capitaliste au Bresil”</p>
6	<p><u>Flávio Bezerra de Farias</u>  [20]</p> <p>fbfarias@elo.com.br</p>	13/04/1977	Associado II	40/DE	Dr	1988	<p>Doutorado de Estado – PARIS-NORD - 1988</p> <p>Dissertação: “La politique d’industrialisation au Bresil a partir de 1956”</p> <p>Mestre Doutorado de Terceiro Ciclo em Economia- PARIS - 1981</p> <p>Graduação em Ciências Econômicas – UFMA - 1976</p>
7	<p><u>Francisco de Assis Leal Mesquita</u>  [21]</p> <p>chicosrt@terra.com.br</p>	09/04/1979	Adjunto IV	40	Ms	1984	<p>Dissertação: “Vida e morte da economia algodoeira do Maranhão: uma análise das relações de produção na cultura do algodão, 1850/1890”</p> <p>Mestre em Economia – PIMES/UFPE - 1984</p> <p>Graduação em Ciências Econômicas - UFMA</p>
8	<p><u>João Claudino Tavares</u>  [22]</p> <p>jclaudino@zipmail.com.br</p> <p>jclaudinot@yahoo.com.br</p> <p>jclaudino@ufma.br</p>	01/08/1995	Adjunto III	40/DE	Dr	2008	<p>Tese: “Universalidade e singularidades do espaço transitório: um estudo a partir de quebradeiras de coco babaçu/MIQCB e trabalhadores rurais sem terra/MST, no Estado do Maranhão (1990 – 2000)”</p> <p>Doutor em Geografia – UFSC – 2008</p> <p>Dissertação: “A controvérsia das interpretações e o movimento de reprodução da agropecuária brasileira na</p>

							década de 1980”
							Mestre em Economia Rural – UFPB-II - 1995
							Monografia: “O problema da transformação dos valores em preços de produção: um estudo das interpretações”
							Graduação em Ciências Econômicas – UFPB-II - 1991
							Tese: “Ataques especulativos e mudanças cambiais: uma avaliação do caso brasileiro recente”
							Doutor em Economia – PIMES/UFPE - 2001
9	<u>João Gonsalo de Moura</u>  [23] <u>jgmoura10@uol.com.br</u>	21/10/1991	Adjunto IV	40/DE	Dr	2001	Dissertação: “Recursos produtivos, eficiência alocativa e crescimento econômico: a evidência para duas fases da economia mundial”
							Mestre em Economia – UFC-1991
							Graduação em Ciências Econômicas – UFC - 1987
10	José Celso Veras da Costa	19/07/1977	Assistente I	20			Especialização em Graduação em Economia
11	José Cursino Raposo Moreira	08/03/1979	Adjunto III	40/DE	Ms	1990	Dissertação: “A implantação da ALCOA em São Luís: a inserção do Maranhão no pólo de alumínio da Região Norte”
							Mestre em Economia – UFMG - 1990
							Graduação em Ciências Econômicas – UFMA - 1974
							Tese: “Segurança alimentar, produção familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão”
							Doutor em Políticas Públicas – UFMA - 2006
12	José de Ribamar Sá Silva <u>zederiba@hotmail.com</u>	06/03/1992	Adjunto III	40/DE	Dr	2006	Dissertação: “Terra Bela: mais um assentamento de trabalhadores rurais no Maranhão”
							Mestre em Economia Rural – UFPB-II - 1995
							Monografia: “A economia do gado bubalino na Baixada Maranhense”
							Graduação em Ciências Econômicas – UFMA - 1991

							Tese: "A reinserção do Brasil nos fluxos internacionais de capitais e a fragilidade fiscal da União no período 1990/2001"
	<u>José Lúcio Alves Silveira</u>  [24]						Doutor em Economia – PIMES/UFPE - 2003
13	<u>jlucioas@uol.com.br</u>	17/08/1995	Adjunto II	40/DE	Dr	2003	Dissertação: "A conta corrente do governo: evolução e crise 1980 - 1990"
							Mestre em Economia – PIMES/UFPE - 1996
							Graduação em Ciências Econômicas – UFC - 1992
	José Menezes Gomes						Tese: "Acumulação de capital: uma análise da experiência de âncora cambial na América Latina"
14	<u>menezesgomes@uol.com.br</u>	21/07/1995	Adjunto II	40/DE	Dr	2004	Doutor em História Econômica – USP - 2004
							Dissertação: "Desindustrialização e opositividades no desenvolvimento capitalista brasileiro contemporâneo"
							Mestre em Economia Rural – UFPB-II - 1991
							Graduação em Ciências Econômicas – UFMT - 1986
	Myriam Martins Marques						Especialização em Economia – SEBRA/SUDENE - 1982
15	<u>espacodanca@elo.com.br</u>	20/05/1992	Assistente III	20	Esp	1982	Graduação em Ciências Econômicas – FEA/UFRJ - 1982
	Orlando Oscar Rosar						Dissertação: ""
16	<u>rosar2@uol.com.br</u>	06/03/1992	Assistente III	40/DE	Ms	1995	Mestre em Economia Rural – UFPB-II - 1995
							Monografia: ""
							Graduação em Ciências Econômicas – UFSC - 1989
	Raimundo Moacir Mendes Feitosa						Dissertação: "O processo socioeconômico do Maranhão"
17	<u>moacirfeitosa@sãoluis.ma.gov.br</u> [25]	27/12/1985	Assistente III	40	Ms	1994	Mestre em Planejamento e Desenvolvimento – NAEA/UFPA - 1994
							Graduação em Ciências Econômicas – UFMA - 1978
							Tese: "... e do caminho novo emerge a Manchester mineira que se transformou num baú de ossos. História de Juiz de Fora: da vanguarda de Minas Gerais

	Ricardo Zimbrão Affonso de Paula						à industrialização periférica” Doutor em Economia Aplicada – UNICAMP - 2006 Dissertação: “Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais” Mestre em História Econômica - UNICAMP - 2001 Graduação em História – UFJF – 1997 Tese: “Processo de trabalho e pensamento social no século XX: um estudo a partir da obra de Benjamin Coriat” Doutor em Sociologia do Trabalho – UNESP/CAR - 2006
18	zimbrao@yahoo.com.br	/02/2006	Adjunto I	40/DE	Dr	2006	
	Romildo dos Santos Silva						Dissertação: “Os trabalhadores rurais do setor canavieiro do Brejo Paraibano” Mestre em Economia Rural – UFPB-II - 1993 Monografia: “Déficit público causa inflação?” Graduação em Ciências Econômicas – UFPB-II - 1990
19	somildo@hotmail.com	14/06/1994	Adjunto IV	40/DE	Dr	2006	
20	Rubens Costa Figueiredo						
	Valéria Ferreira Santos de Almada Lima						Tese: “Qualificação profissional no Brasil: uma avaliação dos resultados do PLANFOR” Doutora em Políticas Públicas – UFMA - 2004 Dissertação: “Reestruturação produtiva e relação salarial: tendências no Brasil nas décadas de 80 e 90” Mestre em Políticas Públicas – UFMA - 1996 Graduação em Ciências Econômicas – UFMA - 1985
21	neval@elo.com.br	27/12/1985	Adjunta I	40/DE	Dr	2004	
	Welbson do Vale Madeira						Dissertação: “Interesse capitalista e desnacionalização do sistema de telecomunicações no Brasil” Mestre em Economia – UNESP/CAR - 2003 Monografia: “A desestatização do setor produtivo brasileiro na década de 90” Graduação em Ciências Econômicas – UFMA - 1995
22	welbsonmadeira@uol.com.br	16/04/1998	Assistente II	40/DE	Ms	2003	

FONTE: DECON, 2009.

A tabela acima mostra a Formação/Capacitação de docentes do DECON, destacando as Instituições de realização, os títulos dos respectivos trabalhos e o ano de conclusão da capacitação. O objetivo é indicar as grandes áreas de capacitação e de possíveis atuações de docentes seja em pesquisas, orientações de trabalhos acadêmicos ou em assessorias internas ou externas à UFMA.

11. Corpo Técnico-Administrativo

O desestímulo em face à precariedade do trabalho, das reformas na estrutura do Estado, os baixos salários, etc., tem reduzido significativamente o quadro de pessoal técnico-administrativo, os quais são substituídos, geralmente, por estagiários. Contamos com apenas dois técnico-administrativos, sendo um lotado no DECON (Pedro Felipe dos Reis) e uma na Coordenação do Curso de Ciências Econômicas (Maria Izabel Silva Sardinha). Atualmente ainda contamos com a colaboração de duas estagiárias, uma lotada no DECON e outra na Coordenação.

12. Infra-Estrutura

12.1. Espaço físico

Abrigado no CCsO – que é composto por seis blocos de três pavimentos cada um - o Curso de Ciências Econômicas dispõe de espaços privativos e compartilhados. No primeiro caso, temos a estrutura pertencente à Coordenadoria do Curso e a estrutura do Departamento de Economia (DECON). Dispomos ainda de uma sala de reuniões que também serve como local de estudos para professores, duas salas com laboratórios de pesquisas, uma sala onde está instalada a EJECON e uma sala onde se localiza o CAECO CAECO dos estudantes e de sua organização corporativa. Eles também têm completa autonomia, como não poderia deixar de ser, sobre suas ações e defesa de seus interesses. class="footnote">7 [26]

No segundo caso, dispomos salas de aulas, auditórios, salas de vídeos, laboratórios de informática, etc.

No Bloco A (Coordenadoria, Departamento e sala de reuniões) compartilhamos uma área de 98,43 m².

No Bloco B temos a sala de Pesquisa em Economia (B-101) com uma área total de 32,74 m², sendo subdividida em dois espaços (Espaço para seis professores e para estudos e pesquisas em dois computadores). Ainda no Bloco B existe a Sala da Pesquisa “Gestão orientada para resultados: projetos estratégicos no Maranhão” coordenada pelo Prof. Dr. João Gonsalo de Moura (Bloco B, 3º pavimento, 2º Andar) numa área de 17,18 m².

No Bloco F (Sala 305) a EJECON ocupa uma área de 50,18 m².

No Bloco E acontecem as aulas do Curso de Ciências Econômicas distribuídas em sete salas as quais somam, na totalidade, uma área de 235,82 m².

Para um bom funcionamento das atividades de ensino e pesquisa, estes espaços tornam-se insuficientes, especialmente, quando o nosso Curso impõe a necessidade de criação do PET e do Mestrado.

12.2. Recursos materiais disponíveis

Atualmente é imprescindível a sua utilização dos novos meios técnicos para melhorar a dinâmica didático-pedagógica, em especial, quando se trata da educação/formação em nível superior.

Sem deixar de lado o material teórico, sua leitura a partir dos originais, os quais, em grande medida também estão disponíveis nas grandes redes virtuais, hoje contamos com uma diversidade significativa de recursos para implementação de um processo de ensino-aprendizagem bastante dinâmico.

Novos recursos como Notebook, Datashow são indispensáveis tanto para auxiliar nas aulas expositivas quanto para apresentação de trabalhos por parte de alunos. Para tanto, o DECON conta com apenas um Datashow. Mas, devido à falta de outros equipamentos, a utilização do recurso é feita através do improvisado, a exemplo da utilização de microcomputadores para viabilização da projeção.

Se num primeiro momento, torna-se imprescindível contar com os recursos, num segundo momento torna-se necessário que os tenhamos em quantidades necessárias para um melhor atendimento aos alunos.

Para o funcionamento das atividades do DECON e da Coordenação do Curso de Ciências Econômicas dispomos de quatro

computadores, sendo um para a Coordenação, um para a Chefia do Departamento e um para cada uma das respectivas secretarias. Contamos ainda com três impressoras, sendo duas matriciais e duas de jato de tinta. Todos estes computadores estão conectados à internet, pelo provedor da UFMA.

Na sala de reuniões, também usada por professores, existem três computadores também conectados à internet.

Na sala de pesquisas (B-101), que abriga seis docentes, existem dois computadores e uma impressora. Na sala de pesquisas do 2º Andar (B-305) encontram-se três professores. Os equipamentos disponíveis são dois computadores e uma impressora.

Em relação aos espaços compartilhados identificamos um importante problema. Para se ter uma idéia da precariedade, no único laboratório de informática em funcionamento, dos doze computadores disponíveis apenas a metade está em funcionamento. E, pasmem, este mesmo laboratório se coloca para atender a uma demanda de mais de três mil alunos regularmente matriculados no CCsO.

Importa registrar que o laboratório para docentes do CCsO não está funcionando por falta de funcionário.

12.3. Acervo bibliográfico disponível para o Curso de Ciências Econômicas na Biblioteca Central da UFMA

A opção da UFMA foi pela organização do acervo em sistema de Biblioteca Central. Assim, a maioria do material bibliográfico que serve ao Curso de Ciências Econômicas, encontra-se na Biblioteca Central da UFMA. Os interessados podem fazer consultas às informações através de terminais de computadores instalados no interior da Biblioteca. As buscas podem ser feitas a partir de referências ao autor, ao título, ao assunto ou números de catalogação. Os livros disponíveis para empréstimos podem ser retirados pelos alunos por um período de dez dias com direito de renovação por igual período. A biblioteca funciona de segunda-feira à sexta-feira das 8:00h às 21:00h.

De acordo com informações do Sistema de Automação de Biblioteca da Biblioteca Central da UFMA o Curso de Ciências Econômicas tem, à sua disposição, o acervo conforme descrito na tabela 8 abaixo.

Tabela 9 - Acervo de Ciências Econômicas e de áreas afins disponíveis na Biblioteca Central da UFMA

Discriminação	Títulos	Exemplares
Acervo de Ciências Econômicas	2.674	8.198
Contabilidade Geral, Administração	1.845	8.003
Metodologia Científica	300	1.891
Matemática Cálculo	748	2.365
Demografia	99	338
Ideologia	60	322
Grécia	18	59
Humanismo	14	65
Socialismo	58	110
Cristianismo	07	07
Direito	1.135	4.078
Administração	535	1.263

Total 7.493 26.699

FONTE: Sistema de Automação de Biblioteca da Biblioteca Central da UFMA, 2000.

O curso dispõe ainda de cerca de 57 periódicos.

Em face ao projeto de criação do PET-Economia e do Mestrado, estamos em processo de aquisição de livros e periódicos para a composição de uma Biblioteca Setorial. Esta já conta com um importante acervo de periódicos que, em breve, deve ser devidamente catalogado por uma equipe de estagiários bibliotecários.

12.4. Outros espaços

13. Considerações finais

Para além do processo específico de formação numa determinada profissão, o tempo de universitário é um momento ímpar na vida de cada um. Para muitos corresponde à passagem da fase de adolescente para a fase adulta da vida. É um tempo de transição; de quando somos cuidados por outros (geralmente por nossos familiares) para um tempo em que nos tornamos responsáveis pela vida dos outros (a responsabilidade social de qualquer profissional). Precisamos, portanto, encontrar e/ou criar meios que possibilitem uma melhor passagem de nossos alunos nesta transição.

Queremos, assim, chamar a atenção para a importância, por parte da Universidade, para a disponibilização de meios minimamente adequados para tal finalidade.

Porém, nos deparamos com inúmeras dificuldades senão impossibilidades para a efetivação da necessária vivência universitária dentro do espaço físico da UFMA.

A infra-estrutura da UFMA, nos referindo à própria necessidade humana, sem qualquer tipo de comparação, deixa bastante a desejar.

Não temos meios que estimulem discentes, técnicos e docentes a viverem o ambiente de convivência e de trabalho dentro da UFMA.

Não temos serviços de correios; não temos serviços de restaurantes dignos de uma boa e necessária refeição (com tempo flexível para refeições e cardápios variados); não temos lanchonetes minimamente decentes, nem mesmo para as vistas grossas da defesa sanitária. O serviço de limpeza e higiene deixa deveras a desejar. Falta local onde possamos adquirir material escolar. Falta profissionalização do serviço de xerox, dentre muitas outras coisas. Enfim, faltam ...

O serviço de transporte coletivo deixa tanto a desejar que a maioria das aulas nem começam nem terminam nos horários previstos. Para tomar o caso que nos parece mais crítico, o último horário noturno (13-14, ou 20:20h às 22:00h) tem que ser encerrado (suspensão), no máximo às 21:45h porque os alunos se desconcentram a partir da 21:30h e vão embora sob o risco de perder o ônibus e suas conexões (embora isto não pareça ser apenas problema interno à UFMA).

Por uma série de motivos, vale ressaltar, o nível de exigência no empenho e nas avaliações deve ser relativizado quando consideramos o conjunto de adversidades vividas por uma boa parte de alunos que estudam na UFMA.

Existem elementos, portanto, que extrapolam a vontade de muitos, mas que impedem ou retardam as necessárias melhorias para a efetivação de um que fazer político-pedagógico, para que o destaque de alunos e professores da UFMA, em qualquer parte do mundo, não continue sendo raríssimas exceções.

De nossa parte estamos atentos para as necessidades, reconhecemos as dificuldades, mas procuraremos nos empenham, o máximo possível, para a melhoria do processo de formação de nossos futuros economistas.

Estamos em discussão permanente e em ação para viabilização das necessárias condições de melhorias em relação às questões político-pedagógicas, de infra-estrutura e outros importantes meios.

REFERÊNCIAS

ANDES, Cadernos. Proposta da ANDES/SN para a Universidade Brasileira, (Edição especial atualizada e revisada). Brasília: ANDES/SN, jul./1996.

ANGE, Cadernos. Novas diretrizes dos Cursos de Ciências Econômicas 2006 (Inclui anexo: Parecer CNE 380/2005 aprovado em 06/11/2005; Resolução ME 07/2006 de 29/03/2006; Parecer CNE 184/2006 aprovado em 07/07/2006). snt. (Cadernos ANGE:

Orientação Acadêmica 2006).

ANGE, Cadernos. Currículo mínimo de Economia (Armando Dias Mendes: Parecer no 375/84 e CFE: Resolução 11/84). Vitória (ES): UFES, 1993 (Cadernos ANGE: Orientação Acadêmica n. 1).

ANGE, Cadernos. (MANSUR, P. J. A formação do economista no Brasil; BUFFON, J. A e CARCANHOLO, R. A. Sobre o ensino de economia no Brasil; ANAIS do IX Congresso Nacional da ANGE; Programas sugeridos em 1987 e Nova Proposta de Programa). Vitória (ES): UFES, 1995. (Cadernos ANGE de Orientação Acadêmica n. 2).

ANTUNES, Celso. Marinheiros e professores: crônicas simples sobre escola, ensino, disciplina, inteligências emocionais, criatividade, construtivismo, inteligências múltiplas, professores, alunos ... 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

CARCANHOLO, Reinaldo A. A ética e o pluralismo no ensino de economia. In: Cadernos FCECA, n. 05. Campinas, PUCCAMP, jul-dez./1994, p. 105-106.

COGGIOLA, Osvaldo. Universidade e ciência na crise global. São Paulo: Xamã, 2001. (Col. Pulsar).

COFECON - CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA. Exposição de motivos (diretrizes curriculares). e-mail: cofecon@cofecon.org.br.

CORTESÃO, Luíza. Ser professor: um ofício em extinção. São Paulo: Cortez / Instituto Paulo Freire, 2002. (Col. Prospectiva, v. 6).

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa, 3 ed. Campinas (SP): Autores Associados, 1998. (Col. Educação contemporânea).

EJECON. Empresa Júnior de Economia: a empresa júnior referência no país. São Luís (MA): EJECON, 2007.

FÓRUM de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. Do pessimismo da razão para o otimismo da vontade: referências para a construção dos projetos pedagógicos nas IES brasileiras (Texto elaborado a partir da Oficina de Trabalho de Curitiba, realizada de 15 a 17 de setembro de 1999). Curitiba (PR): snt, out./1999.

FÓRUM de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras. O currículo como expressão do projeto pedagógico: um processo flexível. (Texto elaborado a partir da Oficina de Trabalho de Niterói, realizada de 15 a 17 de setembro de 1999). Niterói (RJ): mai./2000.

FREIRE, Paulo. Educação e participação comunitária. In: CASTELLS, Manuel (et. all.). Novas perspectivas críticas em educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996 (Educação, teoria e prática).

FURTADO, Celso. O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil, 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GENTILLI, Pablo (org.). Pedagogia da exclusão. Crítica ao neoliberalismo em educação, 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

LANGE, Oscar. Moderna economia política. São Paulo: Vértice, 1986.

MACHADO, Nelson José. Educação: projetos e valores. São Paulo: Escrituras Editora, 2000 (Col. Escritos Transversais).

MENDES, Armando Dias. Parecer nº 375/84 (Assunto: Currículo Mínimo de Ciências Econômicas). Brasília: MEC/CFE – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, 06/06/1984.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. Escola ou empresa. Petrópolis: Vozes, 1998.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 3 ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2000.

SERRES, Michel. Prefácio. In: SERRES, Michel (org.) Elementos para uma história das ciências I: da Babilônia à Idade Média. Lisboa: Terramar, 1995. p. 7-22.

SIMPLÍCIO JÚNIOR, Juvenal M. Formação acadêmica do economista na Universidade Federal do Maranhão (1996 – 1999). São Luís: mimeo, 2000 (Monografia de Graduação do Curso de Ciências Econômicas da UFMA).

SMITH, Adam. A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Col. Os Economistas).

TRINDADE, Hégio (org.). Universidade em ruínas na república dos professores. Petrópolis: Vozes, 1999.

VASCONCELOS, Celso dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico – elementos para elaboração e realização, 7 ed. São Paulo: Libertad, 2000 (Cadernos Pedagógicos do Libertad v. 1).

UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Departamento de Economia. Plano de avaliação e dinamização da atividade acadêmica na área de economia (Versão Preliminar). São Luís (MA): mimeo, ago./1991.

UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Manual de Orientação do Coordenador de Curso e do Chefe de Departamento (Resolução 90/99 – CONSEPE, de 09/02/1999). São Luís (MA): EdUFMA, 1999a (Série Ensino de Graduação, nº 04).

UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Estatuto (Resolução nº 17/98 – CONSUN, de 22/12/1998, Parecer nº 472/99, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, pela Portaria Ministerial nº 1216 – MEC, de 30/07/1999, publicado no D.O.U. de 27/08/1999). São Luís (MA): EdUFMA, 1999b.

UFMA – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. Regimento Geral (Resolução nº 28/99 – CONSUN, de 17/12/1999). São Luís (MA): EdUFMA, 1999c.

UFPB – UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/Campus II. Informações gerais sobre o Curso de Bacharelado em Ciências

Econômicas. Campina Grande (PB): mimeo, 1989.

NORMAS INTERNAS DE ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ANEXO V

NORMAS INTERNAS DE ESTÁGIO CURRICULAR DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UFMA

TÍTULO I

NORMAS DE ESTÁGIO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CAPÍTULO I

CONCEITUAÇÃO E OBRIGATORIEDADE

Art. 1º - Entende-se por Estágio e treinamento de iniciação e capacitação profissional do aluno em situações reais sob supervisão de docentes e profissionais credenciados, durante o qual são aplicados conhecimentos das disciplinas do respectivo curso de graduação.

Art. 2º - O Estágio poderá ser desenvolvido nas seguintes modalidades:

I – Profissional, que abrange conhecimentos sobre teoria e programação econômica, a fim de possibilitar ao estagiário:

a – acompanhamento, orientação e controle de plano e programa econômico, no setor público e no setor privado;

b – coleta, tabulação e análise de informações necessárias à montagem de programas e/ou planos macroeconômicos e microeconômicos;

c – análise dos resultados gerais de planos e programas econômicos, a partir de projetos governamentais e empresariais;

d – análise dos resultados gerais de planos e programas macroeconômicos e microeconômicos;

e – avaliação dos resultados obtidos pelos administradores de projetos públicos e/ou privados, enfatizando aspectos tais como emprego e desemprego, aumento de receita pública, melhoria do bem-estar familiar, distribuição de renda, crescimento nacional e regional e outros aspectos decorrentes da própria natureza do empreendimento.

II – Interprofissional, envolvendo atividades que, pela sua natureza e execução, requeiram participação de profissionais de mais de uma área de conhecimento.

Art. 3º - O Estágio de habilitação em Ciências Econômicas terá a carga horária de 270 (duzentas e setenta) horas, correspondentes a seis créditos.

CAPÍTULO II

DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 4º - O Estágio realizar-se-á em campos da própria Universidade e em campos pertencentes a outras instituições públicas e privadas, no meio urbano e rural, desde que sejam atendidos critérios estabelecidos em convênios.

Art. 5º - O Estágio Interprofissional será desenvolvido em Campos da Universidade e de outras instituições que desenvolvam projetos de interesse social, uma vez considerados os critérios acertados em convênios.

Art. 6º - São requisitos para que uma instituição possa ser considerada como campo de Estágio:

- I – existência de profissional qualificado em Economia, por graduação ou pós-graduação, para funcionar como Supervisor Técnico;
- II – possuir equipamentos e instalações adequadas;
- III – efetuar e/ou permitir acompanhamento e ou controle das atividades de estagiário, através dos professores supervisores;
- IV – possuir convênio com a Universidade.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA

Art. 7º - O Estágio de habilitação profissional em Ciências Econômicas terá uma Coordenação de Estágio subordinada à Coordenadoria do respectivo curso.

Art. 8º - A Coordenação de Estágio será integrada pelo Coordenador e por Docentes Supervisores.

§ 1º - O Coordenador de Estágio de que trata o “caput” deste artigo será eleito pelo Colegiado do Curso, para um mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 2º - A Coordenação de Estágio deverá ser exercida por docente do Departamento de Economia, dentre os bacharelados em Ciências Econômicas ou professores cujos currículos tenham afinidades com a área de estudos, seja por graduação, seja por especialização, sendo destinada ao exercício da função uma carga horária mínima de 20 (vinte) horas semanais ao trabalho.

§ 3º - O Coordenador do Curso de Ciências Econômicas solicitará ao Departamento de Economia a liberação do docente escolhido para Coordenador de Estágio, no que diz respeito à carga horária prevista no parágrafo anterior.

§ 4º - Os Supervisores de Estágio da Universidade serão indicados dentre os docentes do Departamento de Economia, bacharelados em Ciências Econômicas.

§ 5º - O número de supervisores deverá ser dimensionado pelo Colegiado de Curso, considerando o número de estagiários, campo de estágio e diversidade de turnos no momento da elaboração da programação de estágio para o semestre letivo subsequente.

Art. 9º - São atribuições do Coordenador de Estágio:

I – Elaborar, em conjunto com os docentes supervisores, a programação semestral do Estágio que após aprovação pelo Colegiado do curso, será enviada ao DEC, para acompanhamento;

II – Orientar os alunos na escolha da área e/ou Campo de Estágio, quando for o caso;

III – Selecionar, distribuir e encaminhar os alunos aos Campos de Estágio;

IV – Designar os docentes que supervisionarão cada grupo de alunos;

V – Determinar as tarefas que ficarão afetas a cada Supervisor;

VI - Manter contato com instituições, no sentido de estudar a viabilidade de celebração de Convênios, assim como participar com a DEC da sua elaboração e execução;

VII – Organizar, co a DEC, um Cadastro de Campos de Estágio;

VIII – Promover, mensalmente, reuniões com os docentes supervisores, para análise das atividades desenvolvidas;

IX – Promover reuniões regulares com os técnicos supervisores das instituições Campo de Estágio, contando com a participação dos docentes supervisores;

X – Promover reuniões regulares com os estagiários;

XI – Acompanhar e controlar o desenvolvimento da programação do Estágio, tendo em vista a avaliação dos resultados;

XII – Participar de reuniões, encontros, treinamentos, seminários e cursos promovidos pela DEC;

XIII – Enviar à Coordenadoria do Curso de Ciências Econômicas informações sobre o seu funcionamento, desempenho e avaliação dos alunos nos respectivos campos de Estágio;

XIV – Prestar informações à DEC, sempre que solicitadas;

XV – Dar parecer nas questões de Estágio do Curso de Ciências Econômicas e exercer outras atribuições diretamente relacionadas com o âmbito de sua competência.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

DA PROGRAMAÇÃO

Art. 10º - A programação de cada semestre letivo, elaborada no semestre anterior pela Coordenação de Estágio contará com o assessoramento da DEC e terá por objetivos:

- a – consolidar a formação profissional, orientando o estagiário a pesquisa e a conhecimento dos problemas das entidades públicas e privadas, quanto aos seus planos, programas e projetos de natureza econômica;
- b – fazer com que o estagiário contribua para o desenvolvimento econômico e social através de serviços prestados às entidades públicas e privadas;
- c – tomar o aluno apto a participar no planejamento e execução das programações de desenvolvimento econômico e social.

Art. 11º - Deverão constar da programação os elementos necessários à caracterização do tipo de estágio objetivos, sistemática de ação e definição de Estágio no âmbito da Universidade e da comunidade.

Art. 12º - Caberá ao Colegiado do Curso a aprovação da Programação de Estágio.

CAPÍTULO II

DA SUPERVISÃO

Art. 13º - Entende-se por Supervisão o acompanhamento e o controle obrigatório das atividades de Estágio, visando a consecução dos objetivos propostos. Será exercida por docentes do Curso de Ciências Econômicas e profissionais indicados pelas instituições que funcionam com Campo de Estágio, com anuência da Universidade.

Art. 14º - Haverá dois tipos de Supervisão definidos pela universidade em face de sua vinculação ao processo de Ensino:

- I – Direta: exercida pelos professores supervisores do Curso de Ciências Econômicas;
- II – Indireta: exercida pelos profissionais dos quadros de pessoal das instituições que funcionam como Campo de Estágio.

Art. 15º - A supervisão ministrada, conforme o caso, será do tipo:

- I – Individual: acompanhamento direto do aluno, para constatar seu desempenho;
- II – Grupal: através da orientação em comum, na delegação e execução de determinadas tarefas.

Art. 16º - Compete aos Supervisores as atribuições abaixo relacionadas:

- I – Capacitar os estagiários para o desempenho de atividades profissionais e conscientização de seu papel no desenvolvimento econômico e social;
- II – Distribuir tarefas aos estagiários, obedecendo um sistema de rodízio se necessário, possibilitando oportunidades iguais a todos;
- III – Elaborar o plano de estágio do aluno, em conjunto com o supervisor técnico;
- IV – Participar de reuniões regulares, promovidas pelo Coordenador de Estágio, e contribuir, para a solução de problemas e para o maior rendimento dos trabalhos;
- V – Revisar, mensalmente, os relatórios e mapas estatísticos das tarefas executadas pelos estagiários;
- VI – Proceder à avaliação da aprendizagem, observando os critérios estabelecidos no presente plano;
- VII – Manter a ordem e a disciplina nos Campos de Estágio visando o maior aproveitamento dos participantes;
- VIII – Cumprir e fazer cumprir as instruções contidas no plano de Estágio.

CAPÍTULO III

DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 17º - Poderão inscrever-se na disciplina Estágio os alunos de Ciências Econômicas, desde que tenham cursado todos os créditos teóricos práticos e experimentais do Curso de Ciências Econômicas, exceto os créditos das disciplinas de legislação específica.

Art. 18º - Os Estagiários, das instituições públicas e privadas, devem conduzir-se, nos diferentes setores, com espírito de pesquisa e

trabalho em equipe, exercitando todas as tarefas que lhe são cometidas pelos supervisores, conscientizados de suas responsabilidades para com a comunidade e o desempenho profissional.

Art. 19º - Compete aos Estagiários as atribuições abaixo relacionadas:

I – Conhecer a estrutura das instituições em que estejam realizando estágio;

II – Estudar e conhecer os documentos necessários à montagem, elaboração e controle dos planos, programas e projetos ligados às instituições campo de Estágio;

III – Estudar os dispositivos legais e regulamentares necessários ao acompanhamento das atividades da instituição, a nível das atribuições que lhe forem conferidas;

IV – Acompanhar a elaboração dos planos, programas e projetos econômicos e sociais das instituições Campo de Estágio;

V – Relacionar estudos econômicos sobre os relatórios da instituição;

VI – Emitir relatórios de controle, identificando as causas das variações e apresentando sugestões devidamente fundamentadas;

VII – participar de reuniões e seminários, promovidos pelas instituições e seus órgãos colegiados e/ou representativos, os quais envolvem assuntos ligados ao seu Plano de Estágio.

Art. 20º - É vedado aos Estagiários:

I – Retirar, a qualquer título, equipamentos, materiais ou documentos das instituições em que esteja sendo realizado o Estágio, salvo com comprovado consentimento;

II – Introduzir no local do Estágio, pessoas estranhas à instituição e ao Estágio;

III – Comentar no âmbito da instituição ou fora do Campo de Estágio, assuntos que digam respeito privativo da Entidade.

CAPÍTULO IV

DA VERIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE APENDIZAGEM

Art. 21º - A verificação e avaliação dos Estagiários serão feitas pela apreciação dos seguintes instrumentos de avaliação:

I – Pelo Supervisor:

a – mapas de frequência;

b – boletins de produção;

c – mapas estatísticos;

d – relatórios e trabalhos de pesquisas desenvolvidas.

II – Pelo Coordenador de Estágio:

a – relatórios dos supervisores;

b – relatórios da Coordenação dos Projetos ou Programas nos quais estejam envolvidos os estagiários.

Art. 22º - No decorrer do estágio, será feita a avaliação da aprendizagem, periodicamente, visando constatar o nível de aproveitamento alcançado pelo estagiário.

Art. 23º - Os Supervisores deverão observar os seguintes aspectos:

I – Fundamentais (Eliminatórios):

a – Capacitação Técnica:

a.1 – execução dos objetivos propostos;

a.2 – exatidão dos objetivos propostos;

a.3 – análise correta das ocorrências identificadas;

b – Produtividade;

c – Responsabilidade;

d – Senso ético-profissional;

II – Complementares (Classificatórios):

a – Iniciativa e interesse;

b – Cooperação;

c – Urbanização;

d – Apresentação condigna com o nível profissional que desempenha.

Art. 24º - O controle e avaliação dos estagiários serão efetuados através de fichas de frequência e boletins de produção devendo ser atribuído, no final de cada período, um conceito final, de acordo com a tabela seguinte:

- excelente	10 (dez)
- muito bom	09 (nove)
- bom	08 (oito)
- regular	07 (sete)
- insuficiente	menos de sete

Art. 25º - Concluído o Estágio, deverá o estagiário estar capacitado ao exercício de atividades profissionais desenvolvidas dentro de seu Campo de Estágio.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES DAS ODRIGAÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26 – A Coordenação de Estágio, juntamente com os supervisores programarão, semestralmente, o seu plano de Estágio compatibilizando-o, sempre, à realidade local.

Art. 27º - Os casos omissos serão definidos de conformidade com as normas gerais vigentes na Universidade.

Art. 28º - Estas normas entrarão em vigor após aprovação pelo Colegiado do Curso de Ciências Econômicas.

NORMAS OPERACIONAIS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PARA ELABORAÇÃO E DEFESA DA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1966 – São Luís – Maranhão

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

NORMAS OPERACIONAIS DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO PARA ELABORAÇÃO E DEFESA DA MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO.

O Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Maranhão, no uso de suas atribuições, e na qualidade de presidente do colegiado deste curso;

Considerando o que decidiu o Colegiado em sessão desta data,

RESOLVE:

Art. 1º A monografia, como trabalho conclusivo de curso e atividade curricular obrigatória, deverá ser desenvolvida em duas etapas: a primeira destinada à elaboração do projeto e a segunda destinada à elaboração da monografia propriamente dita.

Parágrafo Único A monografia somente poderá ser elaborada e apresentada sob a forma de trabalho individual.

CAPÍTULO I**DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE MONOGRAFIA**

Art. 2º O projeto de monografia será elaborado durante a disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia, constituindo-se sua apresentação em parte dos requisitos para aprovação nesta disciplina.

§ 1º A não-conclusão do projeto da disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia obrigará o aluno a reinscrever-se na mesma.

§ 2º A apresentação de uma versão preliminar do projeto servirá de base para atribuição da nota correspondente ao segundo terço da disciplina, sendo esta atribuição de competência do professor da mesma.

§ 3º A apresentação da versão definitiva do projeto servirá de base para atribuição da nota correspondente ao último terço da disciplina, sendo esta atribuição de competência do professor da mesma, juntamente com o orientador, e também serão atribuídas conjuntamente.

Art. 3º Para a elaboração do projeto de monografia é assegurado ao aluno:

- a) a livre escolha do orientador, que deverá ser feita até o cumprimento de metade da carga horária da disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia;
- b) A livre escolha do tema da monografia, que deverá vincular-se ao campo de conhecimento específico do curso de Ciências Econômicas.

Art. 4º A Coordenação de monografia, nos termos do art.22 destas normas, deverá orientar o aluno na escolha do tema e do orientador, fornecendo-lhe informações sobre a disponibilidade dos professores e suas respectivas áreas de interesse, e mediando o contato com os possíveis orientadores, quando necessário.

Art. 5º O professor escolhido para orientar o projeto será automaticamente o orientador da monografia.

Parágrafo Único Definido o tema e escolhido o orientador, o aluno formalizará o pedido de orientação, mediante requerimento dirigido ao coordenador do curso.

Art. 6º O professor orientador deverá estar disponível por, pelo menos, 2 (duas) horas semanais para cada uma das monografias sob seu encargo.

Art. 7º A substituição de professor orientar necessitará da anuência do aluno e dos professores envolvidos, devendo ser apreciada pela coordenadoria do curso e pelo respectivo departamento.

Parágrafo Único No caso de afastamento do professor orientador por períodos superiores a 30 (trinta) dias, ou no caso de impedimento definitivo do mesmo, a substituição será efetivada automaticamente.

CAPÍTULO II**DA ELABORAÇÃO DA MONOGRAFIA**

Art. 8º No semestre letivo subsequente à conclusão da disciplina Técnicas de Pesquisa em Economia, o aluno solicitará à coordenadoria do curso sua inscrição na atividade curricular monografia.

§ 1º A inscrição nesta atividade deverá obedecer aos prazos de inscrição em disciplinas estabelecidas por esta universidade

§ 2º A inscrição somente será efetivada mediante apresentação de cópia do projeto, aprovado pelo orientador.

Art. 9º A partir de sua inscrição em monografia, o aluno terá direito a orientação por, no máximo, 2 (dois) semestres letivos. Caso o trabalho não seja concluído neste prazo, o aluno deverá fazê-lo sem o apoio do orientador.

Art. 10º A monografia deverá obedecer aos padrões de apresentação estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), contendo um mínimo de 20 (vinte) laudas.

Art. 11º Concluído o trabalho, o aluno deverá encaminhar requerimento ao coordenador do curso solicitando que seja marcada a defesa de sua monografia.

Parágrafo Único O requerimento de que trata o "caput" deste artigo deverá ser encaminhado até 30 (trinta) dias antes do término

do semestre letivo, acompanhado de 4 (quatro) vias da monografia.

CAPÍTULO III

DA DEFESA DA MONOGRAFIA

Art. 12º A banca examinadora da monografia será composta pelo professor orientador e por 2 (dois) professores indicados pelo colegiado do curso, levando-se em consideração a afinidade entre suas áreas de interesse e o tema da monografia.

Art. 13º Caberá à coordenadoria do curso:

- a) definir a data, o horário e o local em que deverá ocorrer a defesa da monografia;
- b) comunicar aos departamentos envolvidos os nomes dos professores que irão compor a banca examinadora, encaminhando juntamente as cópias da monografia;
- c) comunicar ao aluno as informações relativas à defesa da monografia.

Art. 14º O presidente da banca examinadora será o professor orientador, que fará proceder à ata dos trabalhos de defesa da monografia.

Parágrafo Único No caso de monografias não concluídas após 2 (dois) semestres letivos de orientação nos termos do art. 9º, o presidente da banca examinadora será o mesmo professor que havia orientado anteriormente a monografia.

Art. 15º A banca examinadora somente dará início aos trabalhos de defesa da monografia com a presença da totalidade de seus membros.

Parágrafo Único Caso não haja a defesa no dia e hora estabelecidos, nova data e horário serão marcados pela coordenadoria do curso.

Art. 16º A defesa, aberta ao público, consistirá de uma exposição, de até 30 (trinta) minutos, do conteúdo da monografia, seguida de arguições dos membros da banca examinadora. Cada membro terá até 10 (dez) minutos para questionamento e o candidato disporá do dobro de tempo para a defesa de seus argumentos. Ao final deste prazo, a banca examinadora se reunirá secretamente para o estabelecimento das notas de cada membro, que poderão variar de zero a dez.

Art. 17º A nota final da monografia será à média aritmética simples das 3 (três) notas atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 18º A nota final mínima para aprovação será 7 (sete), e, em caso de reprovação, a banca examinadora deverá sugerir os pontos de reformulação ou a mudança do objeto de estudo.

Parágrafo Único Em qualquer dos casos referidos do “caput” deste artigo, caberá à banca examinadora o estabelecimento de nova data de defesa da monografia, obedecendo ao prazo máximo de integralização curricular do curso.

Art. 19º Em hipótese alguma haverá revisão da nota final atribuída pela banca examinadora.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20º A mudança do objeto de estudo poderá ocorrer em qualquer época, desde que seja apresentado novo projeto de monografia, com anuência e aprovação do professor orientador e seja dado conhecimento à coordenadoria do curso e ao departamento envolvido.

Art. 21º Caberá à coordenadoria do curso manter arquivo das atas de defesa e de cópias dos projetos e monografias apresentados.

Art. 22º O colegiado do curso poderá utilizar-se, quando necessário, de uma coordenação de monografia, com estrutura e atribuições definidas em normas específicas.

Art. 23º Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do curso de Ciências Econômicas.

Art. 24º As presentes normas entrarão em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

São Luís (MA), 18 de janeiro de 1995.

PLANO DE AVALIAÇÃO E DINAMISMO DA ATIVIDADE ACADÊMICA NA ÁREA DE ECONOMIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

PLANO DE AVALIAÇÃO E DINAMISMO DA ATIVIDADE ACADÊMICA NA ÁREA DE ECONOMIA

(versãopreliminar)

Grupo de Trabalho:

Palhano

Fernando

Benjamin

Elizeu

José Augusto

Alberto

Colaboraram

Hiroshi

Moacir

Flávio

Valéria

São Luís, agosto de 1991

Sumário

1 - Introdução	4	
2 - Justificativas	4	
3 – Objetivos	4	
3.1 - Geral	4	
3.2 – Específicos	4	
4 – Projetos	5	
4.1 - Avaliação de desempenho docente e discente no processo de ensino-aprendizagem (Projeto A)		5
4.1.1 - Justificativas	5	
4.1.2 – Objetivos	6	
4.1.3 - Metodologia	6	
4.2 » Avaliação de desempenho docente na produção científica (Projeto B)		8
4.2.1 - Justificativas	8	
4.2.3	8	
4.2.3	8	
4.3 – Avaliação e revisão permanente do conteúdo programático das disciplinas curriculares (Projeto C)		9
4.3.1 – Justificativas	9	
4.3.2 – Objetivos	9	
4.3.3 - Metodologia	10	
4.4 - Formulação e concretização de um novo projeto acadêmico na área de Economia (projeto D)		10
4.4.1 – Justificativas	10	
4.4.3 - Metodologia	11	

1 - Introdução

- Esboço geral da história do DECON e do Curso de Economia até o ano de 1990.
- Proposta inicial da nova direção, para os anos de 1991 e 1992, formulada em 1990, relativa à necessidade de "um sistema de acompanhamento acadêmico", de um esforço de "capacitação docente" e de uma ação capaz de "aumentar e divulgar a produção científica do DECON".
- Descrição do contexto "externo" no que se relaciona à atitude federal negativa em relação às IFES, isto é, à crise da Universidade, que é crise das condições de estudo e trabalho de discentes e docentes.
- Referência à "crise atual da teoria econômica", ou da Economia como ciência, que resulta em questionamentos da sociedade sobre o papel do economista no enfrentamento dos problemas sociais e econômicos do momento.

2 - Justificativas

- Resposta à pergunta "porque é necessária uma avaliação e uma dinamização da atividade acadêmica no DECON 2", reportando-se a:
- diagnóstico da situação atual elaborado pela direção do DECON que aponta a precariedade, quando não a ausência, do exercício

de funções acadêmicas essenciais na área de Economia da UFMA;

- situação dos alunos, no que se relaciona à baixa capacidade de resposta às atividades acadêmicas;
- condições de trabalho dos professores, que, face à crise da Universidade, apresentam-se hoje como proibitivas;
- responsabilidades "internas" (do DECON e de seus membros), cuja identificação resulta na demonstração de que, apesar dos condicionamentos "externos" (impostos ao DECON e a seus membros), existe a possibilidade de melhoramento da prática de atuação dos docentes, dos discentes e dos técnico - administrativos do departamento;
- problemas de caráter administrativo que afetam negativamente um melhor desempenho nas atividades acadêmicas do DECON, relacionados à atuação da direção e dos técnico –administrativos;

3 – Objetivos

3.1 - Geral

Redirecionar a ação acadêmica do DECON através da implementação de uma política capaz de garantir qualidade ao processo de transmissão de conhecimentos e à produção científica, de maneira que a referida ação possa, de forma eficaz, beneficiar a comunidade para a qual se destina.

3.2 – Específicos

- Implementar um sistema de avaliação docente e mecanismos de avaliação discente no processo de ensino-aprendizagem.
- Implementar um sistema de avaliação docente na produção científica.
- Promover um processo permanente de atualização curricular, entendida como padronização de forma e constante revisão de conteúdo dos programas das disciplinas.
- Elaborar e concretizar um novo projeto acadêmico para a área de Economia.

Dos acima indicados objetivos específicos, resultam quatro projetos, que são os seguintes:

Projeto A - Avaliação de desempenho docente e discente no processo de ensino-aprendizagem;

Projeto B – Avaliação do desempenho docente na produção científica;

Projeto C - Avaliação e revisão permanente do Conteúdo programático das disciplinas curriculares;

Projeto D - Formulação e concretização de um novo projeto acadêmico na área de Economia da UFMA.

4 – Projetos

4.1 - Avaliação de desempenho docente e discente no processo de ensino-aprendizagem (Projeto A)

4.1.1 - Justificativas

- Relato inerente à discussão travada recentemente no DECON sobre avaliação docente e discente, com referência aos principais aspectos do problema, identificadas na bibliografia utilizada e nas experiências de outras universidades.
- Conceituação da avaliação docente no ensino como instrumento facilitador da adoção de novas práticas, isto é, como instrumento capaz de melhorar qualitativamente a atuação do conjunto dos professores.
- Conceituação da avaliação discente (que não a relativa à prova) como instrumento de verificação da percepção do aluno em relação a seu próprio desempenho e de suas expectativas em relação à disciplina e ao curso; tal instrumento poderá fornecer subsídios ao planejamento acadêmico do departamento.
- Referência relativa à existência de resolução sobre avaliação docente por discentes, relacionada à progressão funcional dos professores, segundo a qual a avaliação pelos alunos seria um item a ser levado em conta para a referida progressão.
- Possibilidade de, no sentido indicado pela Resolução acima citada, fazer surgir no DECON o embrião de algo que poderia vir a ser adotado pela UFMA como um todo.

4.1.2 – Objetivos

- Acompanhar permanentemente o desempenho de cada professor do Curso de Economia no ensino, sob a ótica dos alunos, no sentido de possibilitar a verificação de acertos e falhas da atuação docente em sala de aula, para alcançar-se em uma base de conhecimento capaz de fomentar ações pessoais (autocrítica e correção de falhas) e coletivas (ex. formulação de um plano de reciclagem docente).
- Acompanhar permanentemente o desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem, através de sua própria ótica, com o intuito de identificar-se acertos e falhas naquele desempenho e, conseqüentemente, com base nas informações obtidas, de formular e concretizar medidas, relativas a uma melhoria qualificativa do referido processo de ensino-aprendizagem.
- Acompanhar permanentemente a evolução das disciplinas do Curso, no que tange a aspectos didático – pedagógicos e de conteúdo, e o desempenho por turma nestas mesmas disciplinas, a partir da ótica do professor com o intuito de proporcionar os elementos necessários à avaliação e à revisão permanente dos conteúdos programáticos (Projeto C) e dos procedimentos didático-pedagógicos; trata-se também de diagnosticar o comportamento de cada turma como um todo, diante do conteúdo e da sistemática de ministração de cada disciplina.
- Acompanhar, permanentemente o grau de adequação instrumentos de apoio (didático-pedagógicos e administrativos) ao processo de ensino-aprendizagem, sob a ótica de alunos e professores.

4.1.3 - Metodologia

- Tipos de avaliação e conteúdo da avaliação:

a) Avaliação dos professores pelos alunos, em cada disciplina, no que se relaciona domínio do conteúdo, adequação bibliográfica, apresentação de programa, cumprimento do programa, clareza e objetividade, disposição para aceitação do ponto à vista do aluno, acessibilidade para responder perguntas e esclarecer dúvidas, justiça na distribuição de notas, compatibilidade das avaliações com a matéria ministrada, qualidade das avaliações, pontualidade e assiduidade;

b) Autoavaliação dos alunos, no que se relaciona ao domínio dos pré-requisitos, motivação para a disciplina, participação ativa na aula, leitura da bibliografia, tempo de dedicação ao estudo em casa participação em trabalhos extra-classe, grau aprendizagem, coerência das notas obtidas com o esforço de aprendizagem, pontualidade e assiduidade;

c) avaliação do desenvolvimento da disciplina e da resposta da turma, pelo professor, no que se relaciona a: períodos de ministração da disciplina pelo professor, satisfação em trabalhar com o conteúdo da disciplina, ocorrência de modificações no conteúdo e na bibliografia em relação ao semestre anterior, ocorrência de modificações em procedimentos didático-pedagógicos em relação ao semestre anterior, grau de conhecimento prévio dos alunos, grau de participação dos alunos durante as aulas, pontos positivos e negativos no desenvolvimento da disciplina, alterações propostas para a semestre seguinte (relativas a conteúdo, bibliografia, didática, procedimentos pedagógicos, distribuição do tempo por unidade, avaliações, etc.), opção para continuar ou não com a disciplina, além disso, o professor deverá anexar a esta avaliação a sugestão de programa a ser ministrado no período do seguinte;

d) avaliação dos meios, por alunos e professores, no que se relaciona a condições físicas e materiais da sala de aula (limpeza, iluminação, pintura, carteiras, nível de ruído, etc.), disponibilidade de recursos e materiais didáticos, situação da biblioteca e do sistema de reprodução de textos, situação de segurança e transportes, apoio administrativo para o desenvolvimento das atividades acadêmicas (da direção e da secretaria do departamento e da coordenação), grau de prioridade na ação dos colegiados para as atividades acadêmicas-fim, situação relativa à ocorrência de atividades extra-aula (com encontros seminários na área de Economia) e solicitação de sugestões para sanar os problemas apontados.

- forma de coleta e processamento dos dados:
- dados colhidos através de questionários, respondidas individualmente e sem identificação do informante; quando este último é professor, porém, a identificação deverá constar:
- questionários aplicados semestralmente, durante o tempo relativo ao último terço da carga horária;
- apresentação dos resultados globalizados (por disciplina cibernética e, quando for o caso, por departamento), sob a forma de percentagem;
- após aprovação do presente projeto pelos órgãos colegiados, será indicado um coordenador do Projeto A, o qual formará grupo de trabalho encarregado de: a) divulgar a sistemática da avaliação; b) aplicar os questionários; c) apurar os resultados; d) apresentar os resultados aos órgãos colegiados, fornecendo uma primeira apreciação da situação identificada.
- Forma de utilização dos resultados da avaliação
- apresentação dos resultados aos colegiados, globalizados por disciplina e respectivo professor e, quando for o caso, globalizados por departamento;
- entrega a cada professor, dos resultados de sua avaliação pelos alunos e da autoavaliação dos alunos de sua disciplina;
- os resultados da avaliação deverão ter caráter público ou seja, deverão ser expostos em local visível das dependências do DECON;
- formulação de políticas de redirecionamento acadêmico geradas pelos resultados da avaliação, por meio de grupo de trabalho convocado por um coordenador indicado pelos órgãos colegiados.

- as políticas acima referidas (ou ações concretas a serem implementadas) serão submetidas aos órgãos colegiados para aprovação;
- a implementação destas políticas concretizar-se-ão sob a responsabilidade do acima citado grupo de trabalho
- estratégias de discussão da proposta contida no presente Projeto A
- discussão e aprovação, pelos órgãos colegiados da presente versão preliminar do Projeto A;
- reunião de trabalho com consultores para eventual aperfeiçoamento da versão preliminar;
- discussão e eventual incorporação gestões dos consultores pelo grupo de trabalho formulador da proposta;
- promoção de um seminário, com participação dos alunos, dos professores e dos técnicos administrativos, para aperfeiçoamento da versão preliminar;

- discussão e eventual incorporação das sugestões obtidas no seminário pelo grupo de trabalho que formulou a proposta;
- apresentação da proposta eventualmente reformulada para obter-se a aprovação final da mesma nos órgãos colegiados;
- ampla divulgação e implementação do projeto A, na forma aprovada pelos referidos órgãos colegiados.

4.2 » Avaliação de desempenho docente na produção científica (Projeto B)

4.2.1 - Justificativas

- Descrição da evolução da produção científica do DECON, com base em levantamento existente, que aponta desempenho insatisfatório dos professores do departamento nesta função acadêmica;
- Afirmação da urgente necessidade de dinamização da produção científica no DECON à luz do conceito da indissociabilidade ensino-pesquisa.

4.2.3 Objetivos

- Implementar um acompanhamento permanente da produção científica dos professores do DECON, capaz de promover o crescimento quantitativo e qualitativo desta produção;
- Criar mecanismos facilitadores da circulação interna e externa dos trabalhos produzidos;
- Desenvolver possibilidades reais de editoração dos referidos trabalhos.

4.2.3 Metodologia

- A produção científica que deverão ser objeto de avaliação é definida nos seguintes termos: pesquisa institucional, artigos, resenhas, ensaios, monografias, dissertações, teses, textos para discussão, apostilas didáticas, livros, trabalhos apresentados em congressos, encontros e similares (comunicações escritas);
- quanto à forma de avaliação da produção científica concebe-se aqui o seguinte: que tange à pesquisa institucional, sugere-se a promoção de seminários semestrais com as equipes de pesquisa do DECON e, eventuais pesquisadores isolados, para uma apreciação e discussão conjunta dos relatórios de andamento das referidas pesquisas, que deverão ser apresentados por escrito, através de instrumento específico (questionário a ser elaborado com base nos existentes na Universidade); b) no que tange à totalidade da produção científica dos professores, preconiza-se o preenchimento de formulário individual com o detalhamento dos diverges itens daquela produção (já existe formulário elaborado pela PPPG que, devidamente adaptado, poderão ser utilizados neste caso). Este formulário, com caráter de relatório, deverá ser preenchido anualmente e apreciado, também anualmente, por ocasião de um encontro de "balanço de situação" promovido pelo DECON. Este encontro deverá contar com a presença dos professores e de representantes do corpo discente;
- Os resultados do seminário e do encontro acima indicado deverão fornecer subsídios para a formulação de políticas departamentais de incentivo à produção científica para a formulação inicial das referidas políticas serão criado grupo de trabalho, com coordenador indicado pe1os órgãos colegiados, cujas propostas deverão ser avaliadas e aprovadas em assembléia departamental;
- no que se relaciona ã divulgação do conteúdo da produção científica do DECON, a direção deste, ao longo de cada semestre, deverá organizar a apresentação dos trabalhos produzidos, na medida em que tomar conhecimento de sua existência; diretrizes gerais e específicas relativas às formas de dinamização e de divulgação interna e externa da produção científica do DECON serão apresentadas no Projeto D, constante no último item do presente plano.

4.3 – Avaliação e revisão permanente do conteúdo programático das disciplinas curriculares (Projeto C)

4.3.1 – Justificativas

- Situação dos programas atuais no que se relaciona à desatualização, não correspondência entre conteúdos e intenções inerentes ao currículo em vigor, superposições de conteúdo, lacunas bibliográficas, ausência de padronização de apresentação, etc.
- Necessidade de estimular a discussão entre os professores da mesma área/disciplina sobre o conteúdo da matéria ministrada;

- necessidade de preservação da necessária organicidade da estrutura curricular.

4.3.2 – Objetivos

- Implantar um sistema de reformulação permanente do conteúdo programático das disciplinas curriculares e de sua bibliografia;
- promover padronização da apresentação dos programas das disciplinas do DECON e do Curso de Economia.

4.3.3 - Metodologia

- Recebimento semestral de sugestões de programas por parte de todos os professores, relativamente às disciplinas que acabaram de ministrar (Projeto A);
- indicação de grupo de trabalho e de um coordenador para o mesmo (a cada semestre) pelos órgãos colegiados a mais ou menos três professores), para coordenar os trabalhos de revisão dos conteúdos programáticos;
- formação, pelo grupo de trabalho, de comissões por área/disciplina que a partir de cronograma estabelecido, efetivarão a revisão dos programas, com base nas sugestões recebidas de cada professor da área/disciplina;
- compatibilização dos programas assim revistos (relativamente ao conjunto das disciplinas) pelo grupo de trabalho, assessorado por um membro de cada comissão formada para análise da área/ disciplina;
- aprovação semestral dos programas revisados pelos órgãos colegiados.
- Quanto à acima indicada necessidade de padronização da forma de apresentação dos programas, sugerem-se os seguintes requisitos: cabeçalho, ementa, conteúdo distribuído por unidade, indicação de carga horária por unidade, bibliografia distribuída por unidade, dividida em obrigatória e complementar, na qual deverão constar os capítulos e/ou páginas de cada livro ou texto indicado, etc.;
- considera-se necessário que cada professor dê conhecimento à turma dos procedimentos didático-pedagógicos e da forma de avaliação que implementará durante o semestre, sendo que tais informações deverão ser propiciadas aos alunos por ocasião da entrega do programa da disciplina.

4.4 - Formulação e concretização de um novo projeto acadêmico na área de Economia (projeto D)

4.4.1 – Justificativas

- Necessidade de uma maior afirmação institucional do DECON e do Curso de Economia, o que poderá ser alcançado através de um aprofundamento de sua inserção no processo de enfrentamento das questões econômicas locais e nacionais que são hoje objeto de preocupação geral;
- necessidade de superação de deficiências de atuação no dia a dia e de problemas estruturais que afetam a vida acadêmica do departamento no exercício de suas funções; trata-se, em outros termos, da necessidade de desenvolver um esfereio de melhoria do padrão de qualidade acadêmica do DECON e do Curso de Economia;
- necessidade de imprimir à ação acadêmica da área de economias um rumo (uma marca, um norte uma linha mestra) que inclusive, permita o estabelecimento de algum critério de seletividade às ações empreendidas;
- novo rumo articulado, no sentido de sua dinâmica, aos resultados dos projetos de avaliação anteriores (A,B e C, de avaliação); nestes termos, as idéias que aqui constam (Projeto D) resultam da avaliação informal até aqui desenvolvida; a avaliação formal e institucional preconizada pelos projetos A,B e C deverá fornecer os elementos que transformarão permanentemente o que aqui consta como sugestão para o Projeto D.

Objetivos

- Reorientar a formação dos alunos do curso de Economia definindo-se, inicialmente, um novo projeto de curso capaz de proporcionar àqueles alunos uma maior formação técnica;
- implementar um aumento quantitativo e qualitativa da produção científica do DECON, mantendo-se referência, para esta produção, ao novo rumo que se pretende para a ação acadêmica;
- Por a serviço da sociedade os conhecimentos produzidos, no sentido de que estes conhecimentos possam ser utilizados para transformação daquela sociedade e para enriquecer o processo de ensino-aprendizagem;
- avaliar permanentemente o processo resultante desta intenção de renovação, para que possam ser implementadas as indispensáveis correções de atuação.

4.4.3 - Metodologia

- A consecução dos objetivos antes apontados pressupõe o desenvolvimento de ações concretas nas seguintes áreas:

GRADUAÇÃO

- com relação ao novo projeto de Curso, observações iniciais dizem respeito à necessidade de: a) preservar-se a identidade do atual currículo no que se relaciona ao campo teórico-histórico; tal intenção fundamenta-se na convicção relativa à necessidade de uma sólida formação teórica para os alunos de um curso de Economia; b) aperfeiçoar e desenvolver o campo de economia aplicada, com o intuito de alcançar-se um equilíbrio de "ênfase", do ponto de vista qualitativo, entre os campos teórico-histórico e o de economia aplicada;
- quanto ao primeiro aspecto (a), considera-se indispensável a manutenção de uma linha teórica pluralista, a indispensável ênfase na leitura dos autores originais auxiliada por textos que permitam sua compreensão (elaborados fora e dentro do DECON) e a busca de uma compatibilização e integração (organicidade) do conteúdo das disciplinas do bloco teórico-histórico;
- quanto ao segundo aspecto (b), a questão da obtenção de uma maior organicidade entre as disciplinas do campo de economia aplicada também se põe e de uma forma que deverá exigir ainda maior atenção, diante da atual situação do bloco, relativamente ao das disciplinas teórico-históricas; tratar-se-á também de implementar um conjunto de disciplinas neste campo (com eventual adição de umas e retiradas de outras) com o intuito de enriquecer e aprimorar a formação mais "concreta" dos alunos do Curso de Economia;
- para os dois aspectos, isto é, para o Curso como um todo, preconiza-se: a) organização de núcleos temáticos voltados para as áreas teóricas e de economia aplicada, a ser desenvolvidos na parte final do Curso (ou: Curso = Disciplinas Teórico-Históricas + Disciplinas Instrumentais + Disciplinas de Economia Aplicada + Núcleos Temáticos Optativos); b) Aproveitamento dos Núcleos Temáticos como áreas de desenvolvimento dos projetos de monografia e de estágio (ou: é a idéia do projeto de monografia que orienta a escolha do Núcleo Temático e do tipo de estágio, de forma a que as disciplinas do núcleo escolhido e o estágio possam ser fatores que contribuam para um aprimoramento qualitativo das monografias e desta forma, para a obtenção de uma maior capacitação técnica por parte dos alunos – sendo a capacitação técnica entendida como certo grau de especialização);
- desenvolvimento de esforço especial no sentido de que a produção científica e a pós-graduação que se vier a empreender no DECON possam, na medida do possível, estar identificadas com as opções que o curso fará no que se relaciona ao estabelecimento do conteúdo dos Núcleos Temáticos;
- Tais núcleos podem, preliminarmente, ser entendida como sub-áreas de conhecimento pelas quais os alunos poderão fazer opção e que se concretizariam através de um grupo de disciplinas relacionadas inerentes aos temas que definem os núcleos; tais temas, no que tange a conteúdo e número, dependerão de uma maior definição das opções de trabalho que o Curso e o DECON irão implementar, após o estabelecimento de suas diretrizes básicas de atividades acadêmicas
- o estabelecimento destas diretrizes reparta-se à necessidade, no caso da graduação, de uma maior definição de seu perfil de qualificação discente, definição que passa por uma profunda discussão relativa aquela que poderia ser uma "filosofia do curso" para a área de Economia em nosso meio. Para tal, o presente projeto preconiza a necessidade de planejamento de uma série de encontros para a discussão do tema, envolvendo alunos e professores.

PÓS-GRADUAÇÃO

- articulado diretamente com os resultados da avaliação docente (Projeto A), um programa ágil de reciclagem dos professores do DECON deverá ser implementado. As idéias básicas relativas a este programa o desvinculam de uma pós-graduação formal e se referem ao planejamento de uma série de seminários de atualização, promovidos pelo departamento, a partir da contribuição de professores locais e de outras Universidades;
- formulação de um plano de capacitação docente referido à necessidade de o DECON aumentar o número de seus mestres e doutores, Tal plano deverá levar em conta as efetivas possibilidades de afastamento de docentes, tanto no que se relaciona às atividades acadêmicas em curso como no que se relaciona a disponibilidade dos professores para a pós-graduação "stricto sensu". A respeito, convém lembrar que as possibilidades de aumento de pós-graduados no DECON encontram-se bastante condicionadas pelo baixo percentual de professores em regime DE, fenômeno que deverá ser gradualmente superado mediante esforços engendrados neste sentido (ex: condicionar candidatos a concursos à opção de favorecer complementação salariais via pesquisa, melhorar as condições de trabalho etc.). Outro aspecto a ser trabalhado relaciona-se à necessidade de elaboração de objetivos de qualificação docente para o DECON que deverá reportar-se às opções tomadas relativas à reforma curricular prevista e fornecerá elementos necessários à elaboração do plano de capacitação que deverá indicar os tipos de qualificação mais necessários, inclusive tomando-se por base um perfil da atual qualificação dos professores do DECON.
- uma última diretriz para a pós-graduação no DECON diz respeito à viabilidade de implantação de um curso de especialização permanente para a área de economia da UFMA. A respeito considera-se viável a fórmula de curso em convênio com outra (ou outras) Universidade numa primeira etapa, no qual as disciplinas seriam ministradas por professores de fora e locais; progressivamente a frequência de docentes do DECON no evento permitiria a diminuição da relação professor de fora/professor local até que o departamento pudesse assumir plenamente o curso de especialização de caráter permanente.

Quanto ao tema deste curso, sua definição pressupõe ampla discussão no âmbito do DECON, à luz das diretrizes de ação acadêmica que vierem a ser implementadas e que são objeto do presente Projeto D

PRODUÇÃO CIENTÍFICA

- aponta-se aqui a necessidade de uma definição de caráter indicativo no que se relaciona às linhas para a pesquisa institucional. Ao lado da pós-graduação itais linhas deveriam também considerar a possibilidade de pesquisa no âmbito dos Núcleos Temáticos que, conforme já explicado, definiriam a parte conclusiva do Curso de graduação.
- No que tange à produção científica do departamento, preconiza-se a urgente necessidade de um esforço de editoração nos seguintes termos: a) publicação de trabalhos na Revista do Centro de Ciências Sociais que está sendo criada; b) criação dos cadernos do DECON e de seu conselho editorial; c) editoração permanente de textos para discussão e de textos didáticos de circulação interna; d) implantação de um Serviço de reprografia e de um Banco do Xerox (este especialmente voltado para atender o Curso de graduação);
- em relação à divulgação da produção científica dos professores do DECOM, além do esforço de editoração acima indicado, deverá ser mantido constante preocupação com a programação de eventos de apresentação e debate da referida produção, bem como com uma estratégia publicitária para sua divulgação;
- por fim, considera-se indispensável retomar a idéia da criação de um Núcleo de Pesquisa, institucionalizado, do DECON. Em anexo ao presente plano encontra-se uma proposta preliminarmente esboçada do que poderia vir a ser este núcleo, que deverá ser apreciada e discutida pelos professores e alunos da área de economia da UFMA, juntamente com os demais projetos que constam do presente documento;
- criação e manutenção de um cadastro da produção científica do Departamento e de cada professor.

EXTENSÃO

- considera-se necessário iniciar um maior contato entre o DECON e os movimentos sociais organizados da comunidade, através daquilo que poderia preliminarmente chamar-se de “oficinas de economia popular”. Tal iniciativa visaria, basicamente, traduzir, ao nível popular, tópicos de teoria econômica, de economia aplicada e análise de conjuntura, num programa de apoio à ação dos referidos movimentos sociais. Desdobramento sistemático do DECON, em assuntos ligados à economia, às entidades interessadas.
- Encaminhamentos iniciais do Plano

No item 4.1.3 do presente documento foi esboçada uma estratégia de encaminhamentos iniciais do Projeto A. na página 8 aponta-se a necessidade de que o referido projeto seja inicialmente apreciado pelos órgãos colegiados enquanto versão preliminar e na sua estrutura e idéias centrais. Numa Segunda fase, a apreciação se daria por consultores, cujas observações seriam eventualmente incorporadas, após sua discussão com o grupo de trabalho que elaborou o projeto. Após esta fase, o projeto seria objeto de discussão em seminário, com a participação massiva de alunos e professores da área de economia. Os resultados do seminário seriam também avaliados pelo grupo de trabalho e, eventualmente, incorporados ao projeto. Por fim, o Projeto A, complementado pelas novas contribuições, seria apresentado aos órgãos colegiados para sua aprovação final. Após esta aprovação o Projeto teria sua execução iniciada. Considerar-se que esta estratégia de encaminhamentos iniciais deva ser estendida também aos Projetos B, C e D, com as novas adaptações. Ou seja: o Plano como um todo seguiria a rotina acima apontada. Para tal, evidentemente, algumas modificações devem ser sugeridas; por exemplo, o grupos de consultores deverá ser ampliado (em relação ao previstos para o Projeto A), em função da matéria mais diversificada que consta do Plano; além disso, o tempo previsto para as discussões no seminário o nos órgãos colegiados deverá ser ampliado, em decorrência da maior complexidade do assunto. Considera-se que, através deste processo, seja possível implementar-se totalmente os Projetos A, B, C ainda no próximo semestre letivo, enquanto que as modificações relativas ao Projeto D deverão concretizar-se progressivamente e por partes ao longo de um tempo difícil de ser definido hoje, em função do caráter estrutural do referido Projeto D. esta circunstância, porém, não exclui que certa ações indicada neste projeto possam também ser objeto de implementação imediata.

[ange](#) [capes](#) [cnpq](#) [cofecon](#) [corecon](#) [Depto. Economia](#) [economia](#) [formação do economista](#) [mec](#) [projeto pedagógico](#)

Campus do Bacanga, s/n, cep 65080-000, São Luís-MA. Site e conceito construídos por José Costa Ayres Júnior.

Source URL: <http://www.economia.ufma.br/index.php?q=content/projeto-pol-tico-pedag-gico>

Links:

- [1] <http://www.economia.ufma.br/index.php?q=book/export/html/130#Disciplinas obrigatórias do Curso de Ciências Econômicas da UFMA>
- [2] <http://www.economia.ufma.br/index.php?q=book/export/html/130#Disciplinas Eletivas do Curso de Ciências Econômicas da UFMA>
- [3] [http://www.economia.ufma.br/index.php?q=book/export/html/130#Monografias defendidas no Curso de Ciências Econômicas da UFMA \(1987 – 2007\)](http://www.economia.ufma.br/index.php?q=book/export/html/130#Monografias defendidas no Curso de Ciências Econômicas da UFMA (1987 – 2007))
- [4] <http://www.economia.ufma.br/index.php?q=book/export/html/130#Docentes efetivos lotados no Departamento de Economia da UFMA>
- [5] <http://www.economia.ufma.br/index.php?q=book/export/html/130#Demonstrativo da evolução do processo de capacitação de docentes efetivos lotados no>

Departamento de Economia da UFMA: 1990 – 2007

- [6] <http://www.economia.ufma.br/index.php?q=book/export/html/130#Acervo de Ciências Econômicas e de áreas afins disponíveis na Biblioteca Central da UFMA>
- [7] file:///C:/Documents and Settings/Omar1/Meus documentos/FRUTASÁ/Ayres/xampp/docs economia/joão/PROJETO_MAIO_DE_2009.html#fn1
- [8] file:///C:/Documents and Settings/Omar1/Meus documentos/FRUTASÁ/Ayres/xampp/docs economia/joão/PROJETO_MAIO_DE_2009.html#fn2
- [9] <http://www.economia.ufma.br/>
- [10] file:///C:/Documents and Settings/Omar1/Meus documentos/FRUTASÁ/Ayres/xampp/docs economia/joão/PROJETO_MAIO_DE_2009.html#fn3
- [11] file:///C:/Documents and Settings/Omar1/Meus documentos/FRUTASÁ/Ayres/xampp/docs economia/joão/PROJETO_MAIO_DE_2009.html#fn4
- [12] file:///C:/Documents and Settings/Omar1/Meus documentos/FRUTASÁ/Ayres/xampp/docs economia/joão/PROJETO_MAIO_DE_2009.html#fn5
- [13] <http://www.cofecon.org.br/>
- [14] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/alanvasconcelos>
- [15] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/alex-brito>
- [16] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/bamin>
- [17] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/elizeuserra>
- [18] file:///C:/Documents and Settings/Omar1/Meus documentos/FRUTASÁ/Ayres/xampp/docs economia/joão/PROJETO_MAIO_DE_2009.html#fn6
- [19] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/felipedeholanda>
- [20] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/fbfaria>
- [21] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/chicosrt>
- [22] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/jclaudinot>
- [23] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/jgmoura10>
- [24] <http://www.economia.ufma.br/?q=users/jlucioas>
- [25] <mailto:moacirfeitosa@sãoluis.ma.gov.br>
- [26] file:///C:/Documents and Settings/Omar1/Meus documentos/FRUTASÁ/Ayres/xampp/docs economia/joão/PROJETO_MAIO_DE_2009.html#fn7